



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO SIGA Nº TRF2-EDT-2024/00209 de 29 de outubro de 2024

COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

Rua Acre, 80 – sala 1704 – Centro/Rio de Janeiro – CEP: 20.081-000

Telefone: (21) 2282-8682 / 2282-8016

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90104/24

Proc. nº TRF2-EOF-2024/00096 (0001361-76.2024.4.02.8000)

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº 33 - DG/SEI de 25/09/2024, torna pública a abertura do certame licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico**, do tipo menor preço, modo de disputa aberto, realizado por meio da *internet*, no sítio **www.gov.br/compras**. O certame será regido pelas disposições da Lei nº 14.133/2021, demais legislações aplicáveis e, ainda, pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

Data: 22/11/2024

Horário (de Brasília): 13:00 horas

Local: www.gov.br/compras

Fazem parte deste Edital:

Anexo I - Termo de Referência e apêndices (Relatório Técnico; Modelo de Planilha de Serviços Detalhada; Cronograma Físico-Financeiro e Plano de Face

Anexo II – Planilha de Preços

Anexo III – Declaração a ser apresentada por microempresas e empresas de pequeno porte, para efeitos da obtenção de benefícios, nos termos do artigo 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021

Classif. documental

00.01.01.17



TRF2EDT202400209A

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

Anexo IV - Declaração conforme artigo 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016

Anexo V - Minuta de termo de contrato

1 - OBJETO: A presente licitação tem por objeto a **Contratação de empresa especializada para atualização tecnológica e virtualização da central telefônica Mitel MXONE pertencente ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região**, conforme especificações estipuladas no Termo de Referência - Anexo I, deste Edital.

1.1 - Os serviços serão executados nos prédios Rua Acre 80, Centro, Rio de Janeiro-RJ e Av. Rio Branco 241, Centro, Rio de Janeiro-RJ.

1.2 - O objeto desta licitação é uno e indivisível e deverá ser adjudicado a uma única licitante.

2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES

2.1 - Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via *internet*, as empresas que atenderem às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estiverem devidamente credenciadas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores - SICAF e no sítio **www.gov.br/compras**.

2.1.1 – A obtenção dos benefícios contemplados na Lei Complementar nº 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.2 - Para participação no pregão eletrônico, via *internet*, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Instrumento Convocatório.

2.2.1 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no artigo 156, da Lei nº 14.133/2021.

2.3 - Não poderão participar:

2.3.1 - Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

2.3.2 - Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no País;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

2.3.3 - Empresas que estejam sob falência, em processo de dissolução ou liquidação, bem como pessoas físicas com decretação de insolvência civil;

2.3.4 - Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

2.3.5 - Empresas que estejam cumprindo penalidade de impedimento do direito de licitar, no âmbito da administração pública direta e indireta da União Federal;

2.3.6 - Empresas proibidas de contratar com o poder público, nos termos do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, (Lei de Improbidade Administrativa), com a redação dada pela Lei nº 14.230/2021, observada também a inclusão operada pela Lei Complementar nº 157/2016.

2.3.7 - Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021.

2.3.8 - Empresas proibidas de contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 72, §8º, V, da Lei nº 9.605/1998.

2.3.9 - Empresas proibidas de contratar com a União, nos termos do artigo 155 da Lei nº 14.133/2021.

2.4 – Salvo vedação devidamente justificada, poderão participar da licitação pessoas jurídicas em consórcio, desde que comprovado o compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, havendo de ser observado o disposto no artigo 15 da Lei nº 14.133/2021.

2.5 - A participação na sessão pública da *internet* dar-se-á pela utilização da senha privativa da licitante.

2.6 - Todas as fotocópias de documentos deverão ser apresentadas de forma legível, com os originais para conferência ou com declaração de autenticidade firmada por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, ou, ainda, autenticadas, de forma física ou digital, por Tabelião de Notas;

2.6.1 - O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;

2.7 - A entrega da proposta implica os seguintes compromissos por parte da licitante:

2.7.1 - Estar ciente das condições da licitação e assumir a responsabilidade pela veracidade das informações prestadas.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

2.7.2 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3 - DO CREDENCIAMENTO

3.1 - Para participar do pregão eletrônico, a licitante deverá estar credenciada no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do sítio **www.gov.br/compras**.

3.2 - O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.

3.3 - O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

3.4 - Caberá à licitante interessada em participar do pregão, na forma eletrônica:

3.4.1 - Credenciar-se previamente no SICAF ou no sistema eletrônico utilizado no certame;

3.4.2 - Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;

3.4.3 - Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4 - DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1 - A partir da data e horário previstos no Edital, será aberta a sessão pública do pregão eletrônico via *internet*, com a divulgação das propostas de preços recebidas, que deverão estar em perfeita consonância com as exigências estabelecidas no presente instrumento e seus anexos, devidamente publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

4.2 - A participação no pregão eletrônico ocorrerá por meio da digitação da senha privativa da licitante e envio de PROPOSTA, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de divulgação deste Edital, contendo a descrição do objeto ofertado e o preço, no **VALOR TOTAL**, conforme modelo de Planilha de Preços, constante do Anexo II, deste Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, via internet.

4.3 - Caberá à(s) licitante(s) acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em caso de inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.



5 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

5.1 - A Proposta de Preços deverá ser encaminhada em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricada em todas as folhas, datada e assinada, e deverá necessariamente conter e preencher os seguintes requisitos:

5.1.1 - O número do pregão, a data e hora da realização da sessão pública;

5.1.2 - Indicação do CNPJ e razão social do proponente;

5.1.3 - O nome, número do banco, da agência e da conta corrente da empresa licitante

5.1.4 - Indicação da pessoa legalmente habilitada a assinar o Contrato ou ajuste, assim como o telefone e e-mail para contato;

5.1.5 - Descrição detalhada dos serviços, obedecidas as especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I deste Edital;

5.1.6 - Preço total, em algarismo e por extenso, em moeda nacional, com no máximo duas casas decimais, conforme Planilha de Preços, constante do Anexo II deste Edital;

5.1.6.1 - A incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes ao serviço deverão estar incluídas no preço proposto.

5.1.7 - **Prazo de validade da proposta**, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão pública deste Pregão eletrônico;

5.1.8 - **Prazo de vigência do contrato**: 250 (duzentos e cinquenta) dias, contado a partir do 1º dia útil subsequente à data de sua assinatura pelo Contratante;

5.1.8 - **Prazo de execução dos serviços**, que deverá ser de, no máximo, 90 (noventa) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da nota de empenho/assinatura do contrato

5.1.9 - **Prazo de garantia**, será de, no mínimo, **01 ano**, a contar do recebimento definitivo de que trata o item 15 deste Edital;

5.2 - Na hipótese de omissão dos prazos mencionados nos subitens 5.1.7 a 5.1.9, considerar-se-ão os prazos previstos neste Edital.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

5.3 - Depois de solicitada pelo Pregoeiro no sistema eletrônico a proposta de preços da empresa vencedora, contendo descrição do objeto ofertado, deverá ser atualizada e assinada, em conformidade com os lances eventualmente ofertados ou o valor negociado, e enviada, juntamente com os documentos complementares, quando necessários, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação e/ou inabilitação, por meio do Sistema *Compras.gov.br*.

5.3.1 - O prazo estipulado acima é referencial. O Pregoeiro poderá estendê-lo, bem como decidir sobre a tolerância de possíveis atrasos no envio da proposta e documentos complementares de habilitação.

5.4 - Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo no que tange aos preços ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame.

5.5 - Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

5.6 - No caso de haver divergência entre a descrição do código dos produtos no *compras.gov.br* e o disposto no Termo de Referência - Anexo I deste Edital, a(s) licitante(s) deverá(ão) obedecer a este último.

5.7 - Serão desclassificadas as propostas que:

5.7.1 - contiverem vícios insanáveis;

5.7.2 - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

5.7.3 - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

5.7.3.1 - Nesta hipótese, será facultado à licitante o prazo de até 5 (cinco) dias, contados da intimação, para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta.

5.7.4 - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.7.5 - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

6 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

6.1 - O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

6.2 - O Pregoeiro poderá solicitar pareceres de servidores técnicos do TRF 2ª Região ou, ainda, de especialistas pessoas físicas ou jurídicas, para orientar sua decisão.

6.3 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

6.4 - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

6.5 - O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a planilha de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pelo TRF 2ª Região.

6.6 - Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

6.7 - Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes, excessivas ou inexequíveis;

6.8 - Considerar-se-á inexequível a proposta na qual não tenha sido demonstrada a viabilidade da execução do objeto por meio de documentação que comprove a coerência dos custos envolvidos na contratação com os de mercado.

6.9 - O Pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir das licitantes que ela seja demonstrada, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da intimação.

6.10 - O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

7 - DA COMPETITIVIDADE (FORMULAÇÃO DE LANCES)

7.1 - A partir do horário previsto no Instrumento Convocatório, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas em perfeita consonância com as especificações técnicas exigidas no Edital.

7.2 - A licitante deverá enviar proposta através do sistema eletrônico para o **VALOR TOTAL**, conforme modelo de planilha constante do Anexo II, sob pena de desclassificação.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

7.3 - As participantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

7.4 - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras estabelecidas no Edital.

7.5 - As licitantes somente poderão oferecer lance inferior ao último por elas ofertado e registrado no sistema.

7.6 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.7 - A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de dez minutos, sendo prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.7.1 - A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem 7.7, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.7.2 - Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no subitem 7.7 e no subitem 7.7.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.7.3 - Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no subitem 7.7.1, o Pregoeiro poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa e com o assessoramento da equipe de apoio.

7.7.4. A diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, **R\$ 100,00 (cem reais)**, tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

7.8 - No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.8.1 - Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação aos participantes, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

7.9 - Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no artigo 156 da Lei nº 14133/2021.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

7.10 - Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

7.11 - A apresentação de novas propostas na forma do subitem anterior não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada.

7.12 - Definido o resultado do julgamento, após realizado o procedimento previsto no subitem 8.4, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a primeira colocada.

7.12.1 - A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pelo TRF - 2ª Região.

7.12.2 - Após concluída a negociação, o resultado será divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8 - DO PROCEDIMENTO

8.1 - Aberta a sessão pública, o Pregoeiro verificará a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no Edital, desclassificando aquelas que não atenderem aos requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório.

8.2 - No julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR VALOR TOTAL**, desde que atendidas as especificações constantes deste Pregão.

8.3 - Definidas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, que prosseguirá com o envio de lances pelas licitantes exclusivamente pelo sistema eletrônico.

8.4 - Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

8.4.1 - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, após a convocação realizada através do Sistema, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será aceita sua proposta e habilitada como licitante vencedora.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

8.4.2 - não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 8.4, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.4.3 - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.4, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

8.4.4 - A obtenção de benefícios a que se referem os subitens anteriores fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.4.5 - Não são aplicadas as disposições constantes dos artigos 42 a 49, da LC nº 123/2006 ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.5 - Na hipótese de não contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.6 – Tendo em vista que os incisos II a IV do artigo 60 da Lei nº 14.133/21, que trata dos critérios de desempate, ainda dependem de maior regulamentação, fica estabelecido que, aplicado o inciso I do referido artigo e persistindo o empate, serão as empresas convocadas para um sorteio eletrônico, a ser realizado no site <https://sorteador.com.br>. Para tal o pregoeiro, no chat, informará a data, horário e local para possibilitar a presença dos interessados.

8.6.1 – Ainda que não haja o comparecimento de interessados, o sorteio eletrônico ocorrerá na data e horários previamente marcados.

8.6.2 – O relatório do sorteio eletrônico será anexado aos autos do processo administrativo e divulgado aos licitantes por meio do Portal de Compras do Governo Federal.

8.7 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate definidos no artigo 60, da Lei nº 14.133/2021.

8.8 - Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.8.1 - empresas estabelecidas no Estado do Rio de Janeiro;

8.8.2 - empresas brasileiras;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

8.8.3 - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.8.4 - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.9 - Encerrada a etapa de lances e, quando for o caso, os procedimentos previstos no item 8 deste Edital, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação da licitante conforme disposições do item 9 deste Edital.

8.10 - Será declarada vencedora a proposta que ofertar o **MENOR VALOR TOTAL**, observadas as exigências constantes deste Edital.

8.11 - Na hipótese de a proposta de menor valor não ser aceitável, ou se a licitante vencedora desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, verificando a sua aceitabilidade, procederá à habilitação na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

8.12 - Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o Pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.

8.13 - O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação na fase de julgamento, devendo as licitantes atender às solicitações no prazo estipulado, contado do recebimento da convocação.

8.13.1 - Não será permitida a substituição ou apresentação de novos documentos em sede de diligência, salvo para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados ou atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento da proposta.

8.14 - No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.15 - Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, o pregoeiro aceitará a proposta mais bem classificada e habilitará a licitante.

8.16 - Após, a autoridade superior adjudicará o objeto e homologará o certame.

9 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

9.1 - Como condição prévia à fase de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência da sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantidos pela Controladoria Geral da União;

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo CNJ.

d) Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União;

9.1.1 – Poderá haver a substituição das consultas dos subitens acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidões-afp.apps.tcu.gov.br/>).

9.1.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992.

9.1.3 - Constatada a existência das sanções previstas no artigo 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

9.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.2.1 - Registro comercial, no caso de empresa individual.

9.2.2 – Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, no caso de microempreendedor individual;

9.2.3 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, além de CPF do representante legal, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva.

9.2.4 - Compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, e indicação da empresa líder do consórcio

9.3 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

9.3.1. - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.3.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.3 - Prova de Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional demonstrando a regularidade quanto aos Créditos Tributários Federais, Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias (Portaria MF nº 358/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751/2014, alteradas pelas Portarias Conjuntas PGFN/RFB nºs 1821/2014, 1400/2015, 3193/17, 682/2019, 103/2021 e Portaria nº 20 /2023);

9.3.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, dentro da validade;

9.3.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, dentro da validade;

9.3.6 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade;

9.3.7 - Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, dentro da validade, em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440/2011;

9.3.8 - A consulta *on-line* deverá comprovar que a licitante encontrava-se regular na data da abertura da sessão do Pregão.

9.3.9 - Na hipótese de algum dos documentos abrangidos pelo Sistema encontrar-se com a validade expirada, fica assegurado à licitante cadastrada e parcialmente habilitada no SICAF o direito de apresentar, via sistema, a documentação atualizada, quando solicitada pelo Pregoeiro.

9.3.10 - O registro regular e atualizado no SICAF supre, no que couber, as exigências previstas nos subitens 9.3.1 a 9.3.7 (exceto o subitem 9.3.2).

9.4 - Para fins de habilitação, deverão ser apresentadas, ainda, as DECLARAÇÕES listadas a seguir, as quais serão virtuais e deverão ser inseridas em campo próprio do sistema *Compras.gov.br*, na ocasião em que a licitante cadastrar sua proposta:

9.4.1 - Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, sendo que a licitante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

9.4.2 - Declaração da licitante de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte e que atende, sob as penas da lei, aos requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 /2006, para fazer jus aos benefícios estabelecidos nos artigos 42 e 43 da referida Lei.

9.4.3 - Declaração referente ao trabalho do menor de dezoito anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal.

9.4.4 - Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e reabilitado da Previdência Social.

9.4.5 - Declaração de inexistência de fato superveniente.

9.4.6 - Declaração independente de proposta.

9.4.7 - Declaração de que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.4.8 - Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidão constitui meio legal de prova.

9.4.9 - Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

9.4.10 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, as microempresas e empresas de pequeno porte terão assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da divulgação do resultado da fase de habilitação, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

9.4.11 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.4.10, implicará inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, visando ao prosseguimento do certame, ou propor a revogação deste Pregão.

9.5 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.5.1 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

9.5.1.1 - A aptidão acima referida será comprovada mediante a apresentação de pelo menos 01 (um) atestado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do licitante, que comprove(m) a prestação de serviços de atualização e virtualização de central telefônica com quantitativo de pelo menos 350 (trezentos e cinquenta) ramais.

9.5.1.1.1 - Juntamente ao(s) atestado(s) deve(m) ser fornecido(s) nome, telefone do emissor do atestado e da área técnica autorizada a responder diligências.

9.5.1.1.2 - Será aceito o somatório de atestados para fins de totalizar o quantitativo de 350 ramais.

9.5.1.1.3 - No caso de atestado fornecido por empresa privada, não será considerado aquele emitido por empresa pertencente ao mesmo grupo empresarial da empresa, sendo considerada como pertencente ao mesmo grupo, empresa controlada pela empresa ou que tenha, ao menos, uma mesma pessoa física ou jurídica que componha as sociedades de ambas as empresas.

9.5.1.1.4 - Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

9.5.1.1.5 - A licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços.

9.5.1.2 - No caso de entidades públicas da Administração Direta ou Indireta será admitida a comprovação mediante a apresentação de Contrato ou Nota de Empenho.

9.5.2 - Em caso de apresentação de atestado de desempenho anterior, emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte a licitante, é necessário que o atestado ou o contrato de constituição do consórcio identifique a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, havendo de ser adotados os seguintes critérios de avaliação na hipótese:

9.5.2.1 - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

9.5.2.2 - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado, de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

9.5.3 - A Administração poderá realizar as diligências necessárias, solicitando documentos ou realizando visitas na sede ou na filial da licitante, em entidade pública ou privada, com o objetivo de comprovar a veracidade das informações apresentadas.

9.5.4 - Registro ou inscrição, no Conselho regional de Engenharia e Agronomia – CREA, da empresa licitante na área de Engenharia Elétrica, em qualquer de suas modalidades, e de seu(s) responsável (is) técnico (s), da região a que estiverem vinculados.

9.5.4.1 - No caso de a empresa licitante não ser registrada ou inscrita no CREA da jurisdição do estado do Rio de Janeiro, deverão ser providenciados os respectivos vistos destes órgãos regionais por ocasião da assinatura do contrato.

10 - DA VISTORIA:

10.1 - A licitante poderá vistoriar o local onde serão executados os serviços, acompanhada por servidor designado para esse fim, até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

10.1.1 - As visitas serão realizadas de segunda-feira a sexta-feira, das 12:00 às 17:00, devendo ser previamente agendadas com a seção de manutenção de telecomunicações, pelos telefones 2282-8090 e 2282-8084 ou pelo e-mail sectel@trf2.jus.br.

10.2 - Tendo em vista a faculdade de realização da vistoria, as licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições dos equipamentos ou eventuais dificuldades existentes, como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste Pregão.

10.3 - Esta Vistoria é considerada suficiente para que a licitante conheça todos os aspectos pertencentes aos serviços a serem executados, como aspectos arquitetônicos do local, condições de carga e descarga, dificuldades técnicas, bem como a confirmação de medidas.

11 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento deste TRF 2ª Região para o corrente exercício.

Programa de Trabalho	PTRES	Elemento de Despesa
168.41302.061.0033.4 257.6013	168.413	4.4.90.52.47

12 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

12.1 – O esclarecimento de dúvidas acerca das condições deste Edital, bem como as informações adicionais sobre a presente licitação, serão divulgados no sítio do Tribunal: www.trf2.jus.br, opção “Transparência e Prestação de Contas/ Gestão das Contratações e Aquisições / Licitações e contratos / licitações em andamento”, e no sítio: www.gov.br/compras, na opção “visualizar / Impugnações / Esclarecimentos / Avisos”, ficando as licitantes obrigadas a acessá-los para conhecimento das informações lançadas pelo Pregoeiro.

12.2 - Maiores esclarecimentos de ordem legal ou técnica, ou sobre os termos deste Pregão, ou ainda informações complementares sobre o presente Edital poderão ser solicitados ao Pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail para cpl@trf2.jus.br, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, no horário de 12h às 17h. Os telefones de contato são (21) 2282-8682 e 2282-8016.

12.3 - Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do Edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no Edital, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

12.4 - A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

12.5 - Acolhida a impugnação do Edital, será designada nova data para a realização do certame.

13 - DOS RECURSOS

13.1 - Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio no sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.2 - A falta de manifestação imediata da(s) licitante(s) quanto à intenção de recorrer importará a preclusão do direito de recurso, podendo o Pregoeiro aceitar a proposta e habilitar a licitante vencedora.

13.3 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

14 - DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

14.1 - Após a homologação do resultado do julgamento, a licitante vencedora será convocada para assinatura do instrumento contratual/retirada da Nota de Empenho junto à Divisão de Contratos, na Rua Visconde de Inhaúma, 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, no horário de 12h às 17h.

14.1.1 - Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão, o TRF - 2ª Região poderá encaminhar os documentos por meio eletrônico.

14.2 - A convocação de que trata o subitem 14.1 deverá ser atendida, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável apenas 01 (uma) única vez a critério do TRF - 2ª Região, mediante solicitação, devidamente justificada por parte da licitante, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 156 da Lei 14.133/2021.

14.3 - No ato da assinatura do Contrato/retirada da nota de empenho, será verificada a regularidade da empresa, mediante consulta *on-line* junto ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem assim emitidas certidões negativas de inidoneidade e de impedimento, regularidade que deverá ser mantida pela licitante durante a vigência do Contrato.

14.4 - Ao assinar o instrumento contratual ou retirar a nota de empenho, a empresa adjudicatária obriga-se a entregar os produtos/equipamentos/serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital e seus Anexos e na proposta apresentada, independente de transcrição, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições deste instrumento convocatório.

14.5 - É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o Contrato nos prazos e condições estabelecidos, ou recusar-se a retirar a nota de empenho, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada.

14.6 - A recusa injustificada do fornecedor classificado em assinar o Contrato/Nota de Empenho dentro do prazo estabelecido pela Administração ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas em lei.

14.7 - Ressalvadas as hipóteses de atraso por culpa da Contratada, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado no contrato.

14.7.1 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

14.7.2 - Em caso de culpa da contratada, será a empresa constituída em mora, sendo aplicáveis as respectivas sanções administrativas, podendo o TRF - 2ª Região optar pela extinção do contrato, adotando, neste caso, as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

14.8 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016;

14.8.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo IV do presente Edital, a qual será entregue no ato da assinatura do Contrato ou recebimento da nota de empenho.

14.9 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme o artigo 3º da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, alterada pela Resolução CNJ nº 09 de 06/12/2005.

14.10 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória às disposições contidas na Resolução nº 351 do Conselho Nacional de Justiça, de 28/10/2020, que institui a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual, e de todas as formas de Discriminação, a fim de promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito do Poder Judiciário.

14.10.1 - Aplica-se a Resolução mencionada no item anterior a todas as condutas de assédio e discriminação no contexto das relações socioprofissionais e da organização do trabalho no Poder Judiciário, praticadas presencialmente ou por meios virtuais, inclusive aquelas contra estagiários, aprendizes, prestadores de serviços, voluntários e outros colaboradores.

14.11 - **GARANTIA CONTRATUAL:** Para fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região exigirá da empresa Contratada a prestação de garantia, na modalidade pela qual a Contratada optar, de acordo com o artigo 96, parágrafo 1º da Lei nº 14.133/21, no valor equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato a ser firmado.

14.11.1 - A garantia mencionada no item anterior deverá ser apresentada à Administração do CONTRATANTE no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato, exceto o seguro-garantia, que será observado o disposto no § 3º, do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

14.11.2 - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

14.11.2.1 - Prejuízos e indenizações decorrentes de inadimplemento;

14.11.2.2 - Multas aplicadas pela fiscalização à Contratada;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

14.11.2.3 - Prejuízos diretos causados ao Contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução contratual;

14.11.2.4 - Obrigações trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível.

14.11.3 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia ou para a atualização de seu valor decorrente de aditivo contratual, acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

14.11.4 - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza ao TRF - 2ª Região a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à Contratada, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a título de garantia.

14.11.4.1 - O bloqueio efetuado com base no subitem 14.11.4 não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à Contratada;

14.11.4.2 - A Contratada, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no subitem 14.11.4 desta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

14.11.4.3 - O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à Contratada.

14.11.5 - O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo TRF - 2ª Região com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

14.11.6 - A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração, sendo atualizada monetariamente quando em dinheiro.

14.11.7 - Será considerada extinta a garantia:

14.11.7.1- Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

14.11.7.2 - Com a extinção do contrato.

14.11.8 - O TRF - 2ª Região não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

14.11.8.1 - Caso fortuito ou força maior;

14.11.8.2 - Descumprimento das obrigações pela Contratada decorrentes de atos ou fatos praticados pelo TRF - 2ª Região;

14.11.8.3 - Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

14.11.8.4 - Atos ilícitos dolosos praticados por servidores do TRF - 2ª Região;

14.11.9 - Caberá ao TRF - 2ª Região apurar a isenção da responsabilidade prevista nos subitens 14.11.8.3 e 14.11.8.4, não sendo a entidade garantidora parte no processo administrativo.

15. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1 - Em conformidade com o artigo 140 da Lei n.º 14.133/2021, o objeto do contrato será recebido da seguinte forma:

15.1.1 - Provisoriamente - pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

15.1.2 - Definitivamente - por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado, que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório, salvo motivo justificado;

15.2 - Os termos serão emitidos pelos servidores responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, designados na forma estabelecida no subitem 15.5 deste edital, os quais confirmarão a aceitação definitiva dos serviços, depois de comprovada a adequação do objeto às especificações do edital e seus anexos.

15.3 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

15.3.1 - Na hipótese de fornecimento de materiais, o recebimento provisório ou definitivo não excluirá, ainda, a obrigação da Contratada em reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da solicitação do TRF 2ª Região, o objeto deste Edital, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

15.3.2 - Se, após o recebimento provisório, for constatado que os serviços foram prestados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação da contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a situação.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

15.4 - O aceite/aprovação do(s) produto(s)/serviço(s) pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s)/serviço(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao TRF - 2ª Região as faculdades previstas nos artigos 18 e 20 da Lei nº 8.078/1990;

15.5 - Após a celebração do contrato, o TRF - 2ª Região designará servidor para exercer seu acompanhamento e fiscalização.

16 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.1 – O pagamento será efetuado em medições mensais, conforme o desenvolvimento dos serviços descritos no cronograma físico financeiro, à vista do documento fiscal apresentado, obedecida a ordem cronológica, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou inferior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos) ou em até 10 (dez) dias úteis contados a partir da liquidação da despesa, para valor superior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos).

16.1.1 – A liquidação da despesa deverá ser realizada nos mesmos prazos, contados do recebimento do documento fiscal, de acordo com os valores acima descritos, após a certificação do cumprimento da obrigação.

16.1.2 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação e as instruções normativas vigentes;

16.1.3 - Os pagamentos a serem efetuados em favor da Contratada estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes termos:

16.1.3.1 - Do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, da contribuição para seguridade social - COFINS e da contribuição para o PIS /PASEP;

16.1.3.2 - Da contribuição previdenciária ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, correspondente a 11% (onze por cento), observadas as hipóteses de desoneração;

16.1.3.3 - Do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN;

16.1.4 - Para fins do disposto no item 16.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

16.2 - O documento fiscal deverá ser entregue na Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

segunda a sexta-feira, no horário das 12h às 17h, acompanhado dos documentos abaixo discriminados, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail notafiscal@trf2.jus.br:

16.2.1 - Planilha de Medição dos serviços executados

16.3 - A Contratada que se enquadrar nas hipóteses de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.

16.4 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas Instruções Normativas nº 1.540/2015, 1.552/2015, 1.636/2016, 1.663/2016, 2.108/22 e 2.145/23.

16.5 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas.

16.5.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.

16.6 – O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item 16.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

16.7 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do artigo 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, na redação da Lei nº 7.000/2021, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS – Imposto sobre Serviço de qualquer natureza;

16.7.1 - Para fins de identificação da situação prevista no item 16.7, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

16.8 - Em caso de atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a CONTRATADA, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

17 - DAS SANÇÕES

17.1 - Com fundamento no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, a licitante ou a Contratada será responsabilizada administrativamente nas seguintes hipóteses:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

17.1.1 - der causa à inexecução parcial do contrato;

17.1.2 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

17.1.3 - der causa à inexecução total do contrato;

17.1.4 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

17.1.5 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

17.1.6 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.1.7 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

17.1.8 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

17.1.9 - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

17.1.10 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

17.1.11 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

17.1.12 - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

17.2.1 - Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

17.2.2 - Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 17.1.2, 17.1.3, 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6 e 17.1.7 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

17.2.3 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 17.1.8, 17.1.9, 17.1.10, 17.1.11 e 17.1.12 acima, bem como nos subitens 17.1.2, 17.1.3, 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6 e 17.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 17.2.2.

17.2.3.1 - Nesta hipótese, o responsável ficará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

17.2.4 - Multa:

17.2.4.1 - No caso de inexecução parcial do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

17.2.4.2 - No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

17.3 - A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

17.4 - Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

17.4.1 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

17.4.2 - O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à Contratada;

17.4.3 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será encaminhada para inscrição em dívida ativa e posterior cobrança judicial.

17.4.4 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.4.5 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada à multa de mora, no valor compreendido entre 0,5% e 30%, sendo que sua aplicação não impedirá a conversão em multa compensatória e a promoção da extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

17.4.6 - Caso o valor da garantia, se exigida, seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação do Contratante.

17.5 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.6 - Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.7 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

17.8 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

17.9 - O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

17.10 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei nº 14.133/2021.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

17.11 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18 - DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 - Os prazos de adimplemento das obrigações contratuais admitem prorrogação, observadas as condições especificadas no artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, devendo a solicitação dilatória ser fundamentada por escrito e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, bem como apresentada contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

18.2 - O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais nele previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal do TRF - 2ª Região, nos casos enumerados nos artigos 137 e 138, inciso I e §1º, da Lei nº 14.133/2021.

18.2.1 - Em caso de rescisão unilateral, o TRF - 2ª Região poderá convocar as demais licitantes classificadas para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento, observados os critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º do artigo 90 da Lei nº 14.133/2021.

18.3 - Fica assegurado ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região o direito de, no interesse da Administração, sem que caiba às licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:

18.3.1 - Adiar a data de abertura da sessão pública do pregão eletrônico, dando conhecimento aos interessados através dos sites: www.trf2.jus.br, opção "Transparência e Prestação de Contas / gestão das contratações e aquisições / licitações, compras, contratos e atas de registro de preços / licitações em andamento", e www.gov.br/compras, opção "visualizar/ Impugnações/ Esclarecimentos / Avisos", e comunicando às empresas, com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data inicialmente marcada;

18.3.2 - Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, assegurada a prévia manifestação dos interessados, nos termos do artigo 71, incisos II e III, da Lei nº 14.133/2021;

18.3.3 - Alterar, dando ciência aos interessados, as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a este Pregão.

18.4 - O contrato decorrente do presente Pregão poderá ser alterado, observadas as disposições insertas nos artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133/2021:

18.4.1 - A Contratada será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços e nas compras, sendo que, no caso de reforma de edifício ou de equipamentos, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

18.4.2 - As alterações unilaterais a que se refere o subitem 18.4.1 não poderão transfigurar o objeto da contratação.

18.5 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro que decidirá com base na legislação vigente.

- assinado eletronicamente -
PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA JUNIOR
Coordenador em exercício





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



TERMO DE REFERÊNCIA Nº TRF2-TER-2024/00423

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO:

1.1 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

1.1.1 - OBJETO: Contratação de empresa especializada para atualização tecnológica e virtualização da central telefônica Mitel MXONE pertencente ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

1.1.2 - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

Haverá uma reinstalação do software da central, onde ocorrerá upgrade, mudança para uma versão superior, mais recente, e um update, atualizações de software para corrigir erros e adicionar funcionalidades novas, ambos em ambiente virtualizado, contendo máquina virtual principal e reserva, bem como serão adquiridas licenças diversas: licenças SIP de terceiros, de modo a possibilitar a aquisição e o uso de aparelhos IP de diversos fabricantes e licenças de canais SIP trunk, para possibilitar o entroncamento da central com as operadoras de telecomunicações no moderno protocolo SIP. Será também renovado o acordo de assistência técnica do fabricante Mitel, de modo que o fabricante poderá prestar um suporte de terceiro nível, atuando em ocorrências de elevada complexidade, que, de outra forma, ficariam sem solução pela empresa mantenedora. Serão por fim adquiridos 100 aparelhos IP novos para o prédio do CCJF (Centro Cultural da Justiça Federal) de modo a migrar todo o parque de aparelhos do local. Os serviços serão realizados nos prédios Rua Acre 80 e Av Rio Branco 241, ambos no Centro, Rio de Janeiro – RJ.

1.1.2.1 - Descrição do sistema atual:

SISTEMA: MITEL MXONE - VERSÃO 6.1		
HARDWARE ID:7AB90-6432E-886A5-E6F0D-7F506		
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE LICENÇAS
1	ANALOGUE-EXTENSION	1216
2	CORDLESS-EXTENSION	6
3	DIGITAL-EXTENSION	461
4	EXTERNAL-LINE-CAS-ANA	12
5	EXTERNAL-LINE-CAS-DIG	30
6	EXTERNAL-LINE-ISDN-USR	150
7	EXTERNAL-LINE-QSIG	90
8	GROUP-CTI	500000
9	GROUP-HUNT	500000
10	GROUP-RING	500000
11	IP EXTENSION	140
12	MEDIA-GATEWAY	7
13	OPERATOR-EXTENSION	3
14	PAGING	500000
15	RVA-EXTERNAL	500000

Classif. documental

30.01.01.01



Assinado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - 07/10/2024 às 16:40:53.
Documento Nº: 4242650-7083 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4242650-7083>

SIGA



TRF2TER202400423A



TRF2EDT202400209A



Assinado com senha por PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA JUNIOR - 29/10/2024 às 14:52:08.
Documento Nº: 4256198.37165629-4393 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4256198.37165629-4393>

SIGA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



16	RVA-INTERNAL	500000
17	SIP-EXTENSION	366
18	TRUNCK-SIP-CHANNEL	90
19	TRUNCK-SIP-PRIVATE	500000
20	TRUNK-SIP-PRIVATE-SERVICES	500000
21	TRUNCK-SIP-PUBLIC	500000
22	VOICE-RECORDING	500000

LICENÇAS DE SISTEMA

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE LICENÇAS
1	DISA-NUMBER	
2	LICENSE-FILE	
3	ROUTING-SERVER CLIENT	
4	ROUTING-SERVER-SERVER	
5	WEB-RTC	

LICENÇAS DE PORTA POR ATRIBUIÇÃO CHAVE

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE LICENÇAS
1	CSTA3-CALL-CONTROL	500000
2	G729-CODES	366
3	MFC	6
4	MGR-PROV-USER	2106
5	MUSIC-ON-HOLD	500000
6	REDUNDANCY-CALL-PROC	1
7	TELEPHONY-SERVER	4
8	TRUNK-THROUGH-CON	500000
9	USER	2189
10	USER RVA	500000

LICENÇAS DE SISTEMA POR ATRIBUIÇÃO CHAVE

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE LICENÇAS
1	MGR-PROV-SYSTEM	
2	REDUNDANCY	

PLACAS DO SISTEMA - LIM 1 - END RUA ACRE 80,CENTRO, RIO DE JANEIRO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD
1	TMU	2
2	FAN UNIT	1
3	ASU	1
4	MGU	2
5	FONTE DC-DC	2
6	ELU 33	7



Assinado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - 07/10/2024 às 16:40:53.
Documento Nº: 4242650-7083 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4242650-7083>



TRF2TER202400423A



TRF2EDT202400209A



Assinado com senha por PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA JUNIOR - 29/10/2024 às 14:52:08.
Documento Nº: 4256198.37165629-4393 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4256198.37165629-4393>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



7 | ELU 34 | 5

PLACAS DO SISTEMA - LIM 2 - END RUA ACRE 80,CENTRO, RIO DE JANEIRO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD
1	TMU	1
2	TLU	1
3	FAN UNIT	1
4	ASU	2
5	MGU	2
6	FONTE DC-DC	2
7	ELU 33	1
8	ELU 34	12

RETIFICADORES DOS LIM 1 E 2

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD
1	RETIFICADOR PROTECO MP 48/10 AA	4

PLACAS DO SISTEMA - LIM 3 - END. AV RIO BRANCO,241,CENTRO, RIO DE JANEIRO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD
1	FAN UNIT	1
2	ASU	1
3	MGU	1
4	FONTE DC-DC	1
5	ELU 33	1
6	ELU 34	2
7	TMU	1
8	TLU	1
9	RETIFICADOR SR-30A/48V/1630W	1

PLACAS DO SISTEMA - LIM 4 - END RUA ACRE,80, CENTRO, RIO DE JANEIRO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD
1	FAN UNIT	1
2	ASU	1
3	MGU	1
4	FONTE DC-DC	1
5	ELU 33	2
6	ELU 34	3
7	TMU	1
8	TLU	1
9	RETIFICADOR SR-30A/48V/1620W	1

OUTROS HARDWARES E SOFTWARES DO SISTEMA ATUAL:



Assinado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - 07/10/2024 às 16:40:53.
Documento Nº: 4242650-7083 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4242650-7083>

3



TRF2TER202400423A

SIGA



Assinado com senha por PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA JUNIOR - 29/10/2024 às 14:52:08.
Documento Nº: 4256198.37165629-4393 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4256198.37165629-4393>



TRF2EDT202400209A

SIGA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



ITEM	DESCRIÇÃO	QTD
1	URA com correio de voz INFORMATEC	1
2	Gabinete MITEL/AASTRA modelo Media Gateway Classic	6
3	Switch KVM com 8 entradas, monitor tipo LCD 17, teclado e mouse integrados	1
4	Servidor e software tarifador SOMAWEV	1
5	Software Manager Provisioning e Manager Telephony System	1

1.1.2.2 - Plano de face da central (LIM1, LIM 2, LIM 3 e LIM4) conforme TRF2-CAP-2024 /02174.

1.1.2.3 - Descrição dos materiais, serviços e softwares a serem fornecidos:

Atualização e virtualização da central telefônica para a versão mais recente

ITEM	Descrição	QTD
1	Atualização da garantia SWA da MX-ONE, com garantia do fabricante para 03 anos de uso	1
2	Fornecimento de licenças para aparelhos SIP de terceiros	698
3	Fornecimento de licença de tronco SIP	180
4	Realização de backup das configurações existentes	1
5	Implantação da versão mais atual do MX-ONE	1
6	Instalação dos MX-ONE em máquinas virtualizadas	2
7	Instalação e configuração das novas licenças (698 licenças de 3ºs e 180 troncos SIP)	1
8	Reconfiguração e programação de todo o sistema com a nova configuração	1
9	Atualização da MGU, placas de controle, placas de ramais, aparelhos IPs e digitais	1
10	Atualização ou correção de/em versões dos softwares de URA , tarifação, Manager Provisioning e Manager Telephony System	1
11	Instalação de servidor de provisionamento para ramais IP em placa ASU do sistema	1
12	Fornecimento de aparelhos IP de terceiros	100
13	Testes com aparelhos IP de terceiros	1
14	Treinamento na operação e manutenção no sistema Mitel MX-ONE mais recente	1
15	Fornecimento de manuais da nova versão da central e as built dos serviços realizados	1

1.1.2.4— A CONTRATADA deverá fornecer a renovação do contrato de Software Assurance dos equipamentos de telefonia do fabricante Mitel pelo prazo de 3 anos,



Assinado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - 07/10/2024 às 16:40:53.
Documento Nº: 4242650-7083 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4242650-7083>

4



TRF2TER202400423A

SIGA



Assinado com senha por PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA JUNIOR - 29/10/2024 às 14:52:08.
Documento Nº: 4256198.37165629-4393 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4256198.37165629-4393>



TRF2EDT202400209A

SIGA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



visando a manutenção do direito de atualização e acesso às versões mais recentes dos softwares do fabricante, a fim de garantir upgrade, correção de falhas, e atualizações de segurança.

1.1.2.5 – O prazo para ativação do Software Assurance será de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato. A Contratada deve, ao final deste prazo, comprovar o registro do contrato de Software Assurance do TRF-2 junto a Mitel, com detalhamento de todos os “part numbers” envolvidos, fornecendo uma cópia dessa documentação ao TRF-2.

1.1.2.6 – O Software Assurance deverá ser ativado para todos os produtos elegíveis da plataforma telefônica Mitel, instalados na dependências do TRF-2, conforme tabela do item 1.1.2.1.

1.1.2.7 – A CONTRATADA deverá executar a reinstalação do software da central, em 2 (duas) máquinas virtualizadas, principal e reserva, com atualização de software da central Mitel – MiVoice (MX-One) para a versão mais recente da mesma, de forma a implantar e liberar novas funcionalidades, necessárias para melhorias do sistema telefônico do TRF-2.

1.1.2.8 O PABX existente, devido a necessidade de upgrade e virtualização deverá ser instalado no ambiente disponibilizado pela contratante seguindo as seguintes características:

- Processador: Intel i7 2.4 GHz Quad Core (ou equivalente)
- Memória RAM: 16 GB
- Memória SSD: 250 GB
- Intel x86 architecture
- Chipset with watchdog implementation
- LAN ports: 2 (1000 Mb/s)

Além dos requisitos de Hardware, estará disponibilizado o sistema de virtualização VMware 7.0.

1.1.2.9 - O sistema será virtualizado em duas máquinas virtuais distintas (uma principal e outra redundante). Em caso de uma das máquinas virtuais ser desligada para manutenção, a outra assume a operação. A contratada deverá fornecer ao pessoal de TI a receita de instalação da aplicação, caso a contingência não seja automática.

1.1.2.10 – No decorrer da atualização, em caso de momentânea necessidade de retorno à versão anterior (“downgrade”) do software da central Mitel – MiVoice (MX-One), a CONTRATADA deverá executar o procedimento sem custos.

1.1.2.11 – A CONTRATADA deverá prever e mobilizar adequadamente a equipe necessária para executar a atualização com o mínimo impacto possível.

1.1.2.12 – A Atualização deverá ser prevista para execução em horário não-comercial, a ser acordado com a equipe técnica do TRF-2 que acompanhará o procedimento.

1.1.2.13- As atualizações deverão ser realizadas por técnicos especializados da CONTRATADA, com dedicação exclusiva a essa atividade e sem custos adicionais para o TRF-2, mantendo as integrações e funcionalidades hoje existentes, e acrescentando novas quando disponíveis.

1.1.2.14 – A CONTRATADA deverá informar, imediatamente após a assinatura do contrato, os números telefônicos e endereços eletrônicos que passarão a constituir mecanismos formais de comunicação, para registro e acompanhamento de solicitações.

1.1.3 - FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

1.1.3.1- A Contratada deverá apresentar ART de seu responsável técnico, TRT dos técnicos industriais instaladores ou o diploma de nível superior dos analistas de TI envolvidos.

1.1.3.2 - Os serviços deverão ser executados, preferencialmente, sem a necessidade de paralisação do sistema telefônico do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e deles deverão constar:



Assinado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - 07/10/2024 às 16:40:53.
Documento N°: 4242650-7083 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4242650-7083>

5



TRF2TER202400423A

SIGA



Assinado com senha por PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA JUNIOR - 29/10/2024 às 14:52:08.
Documento N°: 4256198.37165629-4393 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4256198.37165629-4393>



TRF2EDT202400209A

SIGA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



1.1.3.2.1 – Deverá haver apuração junto ao Setor Técnico (SECTEL/SMAP) dos dados necessários para elaboração de projeto básico, a ser apresentado pela licitante vencedora do certame, juntamente com o cronograma de execução dos serviços, contendo descrição de todo processo.

1.1.3.2.2- Deverá ser elaborada base de dados, de forma a serem mantidas todas as facilidades programadas nos ramais em uso.

1.1.3.3 - As licenças e os hardwares do sistema existente, instalados na sede do Contratante, Rua Acre 80/202b, Centro, Rio de Janeiro -RJ e na Av. Rio Branco,241, Centro, Rio de Janeiro-RJ estão elencados na planilha constante do item 1.1.2.1.

1.1.3.4 – Além dos materiais constantes das planilhas do presente termo, deverá ser fornecido todo material necessário a execução do serviço e perfeito funcionamento do sistema.

1.1.3.5- Deverá ser realizado todo e qualquer ajuste ou programação necessária ao funcionamento de todos os ramais e aparelhos telefônicos, de forma que os mesmos executem todas as facilidades disponíveis no sistema telefônico, tais como: call list, grupo de captura, não perturbe etc...

1.1.3.6 - A Contratada deverá fornecer a seus técnicos toda e qualquer ferramenta ou equipamento necessário para execução do serviço.

1.1.3.7 - A Contratada deverá utilizar mão de obra técnica qualificada, com registro no CREA, CFT ou diploma de nível superior em TI e certificados de treinamentos ministrados pelo fabricante na plataforma MITEL MX ONE - VERSÃO 6.1 ou superior.

1.1.3.8 - A Contratada deverá possuir uma central de referência para proceder às alterações necessárias na base de dados, simulando posteriormente seu funcionamento, garantindo que os trabalhos serão realizados de forma segura e transparente para o Contratante.

1.1.3.9 -Quando houver necessidade de paralisação parcial ou total do sistema, o contratante deverá ser previamente avisado e o serviço deverá ser realizado em dia ou horário fora do expediente.

1.1.3.10 - DOS PROGRAMAS (SOFTWARES)

1.1.3.10.1– A Contratada deverá efetuar eventuais correções e/ou atualizações dos programas em uso no sistema, de forma evitar incompatibilidade com os novos hardwares e softwares fornecidos e a nova versão do sistema a ser implantada.

1.1.3.10.2– A Contratada deverá manter as funcionalidades e integrações existentes dentro da nova versão operacional adquirida, de forma a assegurar a compatibilidade do sistema com os futuros aperfeiçoamentos (upgrade e/ou novas facilidades), que venham a ser adquiridos pelo Contratante.

1.1.3.11 – DO TREINAMENTO

1.1.3.11.1. Entende-se por Treinamento a orientação prestada, em data agendada previamente, a funcionário(s) da CONTRATANTE, com a finalidade de preparar este(s) funcionário(s) para a realização de Operações Cotidianas nos equipamentos que compõem a Central Telefônica do TRF-2.

1.1.3.11.2. A CONTRATADA deverá prestar 1 (um) treinamento Básico sobre Operações Cotidianas dos equipamentos que compõem a Central Telefônica do TRF-2 a funcionário(s) indicados pela Administração

1.1.3.11.3. O Treinamento prestado deverá ser de, no mínimo, 20 (vinte) horas de duração, nos horários de 14h00 às 18h00.

1.1.3.11.4. O Treinamento prestado deverá ser direcionado a funcionários que poderão ou não contar com conhecimento prévio específico sobre Telecomunicações ou sobre a operação de equipamentos PABX.

1.1.3.11.5. Deverão ser oferecidas à Administração, em até 5 (cinco) dias da solicitação de agendamento de Treinamento, ao menos 3 (três) datas possíveis para sua realização, sendo a primeira delas não superior a 10 (dez) dias da realização da solicitação do Treinamento, obedecendo sempre ao prazo de vigência do Contrato,



TRF2TER202400423A



TRF2EDT202400209A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



podendo ser alteradas somente em caso de comum acordo entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA.

1.1.3.11.6 O Treinamento será agendado pela Administração, através da Fiscalização do Contrato.

1.1.3.11.7 O Treinamento deverá ser ministrado por instrutor capacitado e certificado na operação dos equipamentos Objeto deste Contrato.

1.1.3.11.8 São consideradas Operações Cotidianas todos os serviços solicitados e realizados regularmente pela equipe de Telefonia do TRF-2, como os listados abaixo, porém não limitados a estes:

1.1.3.11.8.1 – Visão geral da solução Mitel, funcionamento de placas e periféricos;

1.1.3.11.8.2 – Criação de ramais analógicos, digitais e IP;

1.1.3.11.8.3 – Transferência de Ramais;

1.1.3.11.8.4 – Programação de Grupo de Ramais;

1.1.3.11.8.5 – Programação de Grupo Chefe-Secretária;

1.1.3.11.8.6 – Programação de Encaminhamento de Chamadas;

1.1.3.11.8.7 – Cadastro/Alteração de Perfil de ligações de Ramal DDR ou Virtual;

1.1.3.11.8.8 – RESET de senhas de Ramal DDR ou Virtual;

1.1.3.11.8.9 – Atribuição/Alteração de facilidades a Ramal;

1.1.3.11.8.10 – Bloqueio/Desbloqueio de utilização de facilidades de Ramal;

1.1.3.11.8.11 – Bloqueio/Desbloqueio de recebimento de chamadas por Ramal DDR;

1.1.3.11.8.12 – Cadastro/Alteração de Menu de discagem rápida de Aparelhos Digitais (números vinculados a teclas de discagem rápida);

1.1.3.11.8.13 – Cadastro de Diretório de Ramais (nomes de usuário vinculados a Ramais);

1.1.3.11.8.14 – Criação, exclusão e monitoramento de rotas;

1.1.3.11.8.15 – Criação de abreviados e rotas de menor custo;

1.1.3.11.8.16 – Monitoramento, reset, bloqueio e desbloqueio de placas da central;

1.1.3.11.8.17 – Substituição de placas;

1.1.3.11.8.18 – Monitoramento de atividade de Tronco;

1.1.3.11.8.19 – Monitoramento de tráfego de Tronco ou Rota.

1.1.3.11.8.20 – Rotinas de backup dos arquivos da Central.

1.1.3.11.8.21 – Criação de scripts para automatização de comandos.

1.1.3.11.8.22 – Utilização do manual da Central, tipos de comandos

1.1.3.11.8.23 – Tratamento de alarmes;

1.1.3.11.9- Deverá ser apresentado em PDF uma apostila dos conteúdos abordados, contendo os slides dos tópicos abordados e os passo-a-passo explicados.

1.1.3.12 - DO FORNECIMENTO DE 100 APARELHOS IP, MODELO DE ENTRADA:

1.1.3.12.1 - Serão fornecidos 100(cem) aparelhos IP de terceiros novos, modelo de entrada, com conectividade Gigabit Ethernet, funcionalidade POE e compatibilidade com o sistema Mitel MXOne 7.X. Os aparelhos terão que apresentar as seguintes características mínimas:

1.1.3.12.1.1 - Conexão Gigabit Ethernet.

1.1.3.12.1.2 - 2 conexões RJ-45 (10/100/1000M) de portas Ethernet adaptativas.

1.1.3.12.1.3 - 1 conexão de RJ 9 para headset e 1 conexão de RJ 9 para handset.

1.1.3.12.1.4 - Micro switch de 2 portas

1.1.3.12.1.5 - Possibilita o uso de até 6 (seis) contas SIP

1.1.3.12.1.6 - Display com 2 linhas gráficas

1.1.3.12.1.7 - Tela monocromática

1.1.3.12.1.8 - Alto-falante HD

1.1.3.12.1.9 - Botões fixos simples

1.1.3.12.1.10 - Com fonte de alimentação 5V, 1A

1.1.3.12.1.11 - Aceita alimentação POE segundo as normas IEEE 802.3af Class 2.

1.1.3.12.1.12 - Codec de banda estreita: G.711(a/#), G.729A/B/AB, G.726, iLBC, OPUS



Assinado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - 07/10/2024 às 16:40:53.
Documento Nº: 4242650-7083 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4242650-7083>

SIGA



TRF2TER202400423A



TRF2EDT202400209A



Assinado com senha por PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA JUNIOR - 29/10/2024 às 14:52:08.
Documento Nº: 4256198.37165629-4393 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4256198.37165629-4393>

SIGA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



- 1.1.3.12.1.13 - Codec de banda larga: G.722, L16, suporta VAD, CNG, AEC, PLC, AJB, AGC, speakerphone Full-duplex com AEC
- 1.1.3.12.1.14 - Características de rede: IPv4&IPv6, VIAN, LLDP, CDP, OpenVPN, IEEE 802.1X, STUN NAT Traversal, RPORT. Support Qos (IEEE802.1Q/p VLAN tagging) and layer 3 QoS (ToS, DiffServ, MPLS). SIP connection mode: Proxy mode, Peer to Peer. Support DNS SRV (RFC3263). DTMF: In-band, RFC2833, SIP INFO. HTTP/HTTPS web server. LAN/PC: support bridge mode, Support auto negotiation, Package tracing via PC port. Package tracing export by web. Support DHCP Option c 12 host name and Option 60 Vendor Class ID. Support syslog
- 1.1.3.12.1.15 - Segurança: TLS, HTTPS, SRTP (RFC3711), Digest authentication using MD5/MD5-sess, AES encryption for configuration files, Phone lock, The administrator /user level access control.
- 1.1.3.12.1.16 - Gerenciamento: configurável pela interface WEB ou pelo próprio telefone.
- 1.1.3.12.1.17 - Auto provisionamento: FTP/TFTP/HTTP/HTTPS, DHCP Option 66 or custom Option 128~254, PnP, Redirection Provisioning Service (RPS), TR069 (Supported by special firmware) Import/Export CFG file via web, Generate multiple configuration files via tool, Periodic check and update
- 1.1.3.12.1.18 - Telefone multi-linguagem suportando português e inglês.
- 1.1.3.12.1.19 - Características de PBX suportadas: Intercom, Paging, Call pickup, Call park, Anonymous call, Anonymous call rejection, Hold on music, Conference Call, Group pickup, DND&Call forward state synchronization, Call Recording
- 1.1.3.12.1.20 - Compatível com a Plataforma de Telecomunicações Mitel.
- 1.1.3.12.1.21 - Modelos de referência: D26 ATCOM, GXP2170 e GRP2604P da Grandstream e Intelbras V5501
- 1.1.3.13 - DOS TESTES COM APARELHOS IP
- 1.1.3.13.1 - Serão feitos testes com os aparelhos adquiridos conforme 1.1.3.12 nos prédios Rua Acre 80, centro, Rio de Janeiro-RJ e Av. Rio Branco, 241, centro, Rio de Janeiro-RJ para verificação do funcionamento dos mesmos.
- 1.1.3.14 - Os serviços serão realizados de modo a não interferir no desenvolvimento das atividades cotidianas deste Tribunal. Os serviços que produzam ruídos ou odores fortes deverão ser executados fora do horário de expediente do TFR2.
- 1.1.3.15 - A CONTRATADA deverá garantir que a mão de obra empregada na execução dos serviços será de primeira qualidade conduzindo a um ótimo resultado, acabamento e aparência, sendo as tolerâncias, ajustes e métodos de fabricação compatíveis com as melhores práticas modernas aplicáveis a cada caso.
- 1.1.3.16 - A CONTRATADA deverá garantir que todos os materiais, equipamentos, componentes e acessórios sejam novos, de alto grau de qualidade, em conformidade com os padrões normativos nacionais e internacionais aplicáveis, e que entrarão em operação em plenas condições de funcionamento.
- 1.1.3.17 - A CONTRATADA deverá garantir que serão prontamente reparados e substituídos, a sua própria custa, todos os serviços e equipamentos ou componentes de sistemas que acusarem defeitos ou quaisquer anormalidades no funcionamento durante o período de garantia.

1.2 PRAZO DE VIGÊNCIA/PRAZO DE ENTREGA:

- 1.2.1 - O prazo para execução dos serviços é de 90 (noventa) dias úteis contados a partir do primeiro dia subsequente da assinatura do contrato.
- 1.2.2 - A contratada deverá cumprir os prazos estabelecidos no cronograma físico-financeiro, constante no ANEXO A deste Termo de Referência.
- 1.2.3 A planilha de Medição deverá conter todos os serviços descritos na planilha estimativa de preço, conforme ANEXO B deste Termo de Referência, com a indicação



Assinado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - 07/10/2024 às 16:40:53.
Documento Nº: 4242650-7083 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4242650-7083>

8



TRF2TER202400423A

SIGA



Assinado com senha por PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA JUNIOR - 29/10/2024 às 14:52:08.
Documento Nº: 4256198.37165629-4393 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4256198.37165629-4393>



TRF2EDT202400209A

SIGA

dos quantitativos de serviços executados no período.

1.2.4 Como regra geral, o critério de medição será a prestação do serviço ou o fornecimento do material, com aprovação da fiscalização, de acordo com as unidades definidas na planilha de preços.

1.3 PRAZO DE GARANTIA/PRAZO DE VALIDADE:

1.3.1 – O prazo de garantia será de 01 (um) ano após o recebimento definitivo dos serviços.

1.4 CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO PERÍODO DE GARANTIA:

1.4.1 - Durante o período de garantia, a empresa prestará atendimento de assessoria e assistência técnica, em eventual necessidade de programação corretiva e também objetivando dirimir dúvidas sobre funcionamento, operação, configuração de placas e outros assuntos relacionados a atualização tecnológica do sistema Mitel MXOne.

1.4.2 - A empresa deverá prestar suporte a empresa mantenedora da central, durante o período de garantia, em questões de manutenção preventiva e corretiva, transferindo conhecimento.

1.4.3 – Esse serviço de assistência técnica e assessoria implicará, sempre que necessário, a critério do contratante, em deslocamento específico de técnico(s), em dias úteis, feriados e/ou finais de semana, ao local de instalação/funcionamento dos equipamentos, sem qualquer ônus para o contratante.

1.4.4 – O prazo para atendimento de solicitações mencionadas em 1.4.1 e 1.4.2 é de até 2(duas) horas após abertura de chamado técnico.

1.5 APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS - REGRAS:

Não se aplica.

1.6 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

O fornecedor será selecionado por meio da realização de Pregão, na forma eletrônica, que culminará com a seleção da proposta de menor preço. Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

1.6.1 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação;

1.6.1.1 - A aptidão acima referida será comprovada mediante a apresentação de pelo menos 01 (um) atestado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do licitante, que comprove(m) a prestação de serviços de atualização e virtualização de central telefônica com quantitativo de pelo menos 350 (trezentos e cinquenta) ramais.

1.6.1.1.1 - Juntamente ao(s) atestado(s) deve(m) ser fornecido(s) nome, telefone do emissor do atestado e da área técnica autorizada a responder diligências.

1.6.1.1.2 - Será aceito o somatório de atestados para fins de totalizar o quantitativo de 350 ramais.

1.6.1.1.3 - No caso de atestado fornecido por empresa privada, não será considerado aquele emitido por empresa pertencente ao mesmo grupo empresarial da empresa, sendo considerada como pertencente ao mesmo grupo, empresa controlada pela empresa ou que tenha, ao menos, uma mesma pessoa física ou jurídica que componha as sociedades de ambas as empresas.



Assinado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - 07/10/2024 às 16:40:53.
Documento N°: 4242650-7083 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4242650-7083>

9



TRF2TER202400423A

SIGA



Assinado com senha por PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA JUNIOR - 29/10/2024 às 14:52:08.
Documento N°: 4256198.37165629-4393 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4256198.37165629-4393>



TRF2EDT202400209A

SIGA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



1.6.1.1.4 - Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

1.6.1.1.5 - A licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram

prestados os serviços.

1.6.1.2 - No caso de entidades públicas da Administração Direta ou Indireta será admitida a comprovação mediante a apresentação de Contrato ou Nota de Empenho.

1.6.2 - Em caso de apresentação de atestado de desempenho anterior, emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte a licitante, é necessário que o atestado ou o contrato de constituição do consórcio identifique a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, havendo de ser adotados os seguintes critérios de avaliação na hipótese:

1.6.2.1 - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados

de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

1.6.2.2 - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado, de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

1.6.3 - A Administração poderá realizar as diligências necessárias, solicitando documentos ou realizando visitas na sede ou na filial da licitante, em entidade pública ou privada, com o objetivo de comprovar a veracidade das informações apresentadas.

1.6.4 - Registro ou inscrição, no Conselho regional de Engenharia e Agronomia – CREA, da empresa licitante na área de Engenharia Elétrica, em qualquer de suas modalidades, e de seu(s) responsável (is) técnico (s), da região a que estiverem vinculados.

1.6.4.1 - No caso de a empresa licitante não ser registrada ou inscrita no CREA da jurisdição do estado do Rio de Janeiro, deverão ser providenciados os respectivos vistos destes órgãos regionais por ocasião da assinatura do contrato.

1.7 VISTORIA:

1.7.1 A licitante poderá vistoriar o local onde serão executados os serviços, acompanhada por servidor designado para esse fim, até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

1.7.1.1 As visitas serão realizadas de segunda-feira a sexta-feira, das 12:00 às 17:00, devendo ser previamente agendadas com a seção de manutenção de telecomunicações, pelos telefones 2282-8090 e 2282-8084 ou pelo e-mail sectel@trf2.jus.br.

1.7.2 - Tendo em vista a faculdade de realização de vistoria, as licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições dos equipamentos ou eventuais dificuldades existentes, como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste Pregão.

1.7.3 - Esta Vistoria é considerada suficiente para que a licitante conheça todos os aspectos pertencentes aos serviços a serem executados, como aspectos arquitetônicos



Assinado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - 07/10/2024 às 16:40:53.
Documento Nº: 4242650-7083 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4242650-7083>

10



TRF2TER202400423A

SIGA



Assinado com senha por PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA JUNIOR - 29/10/2024 às 14:52:08.
Documento Nº: 4256198.37165629-4393 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4256198.37165629-4393>



TRF2EDT202400209A

SIGA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



do local, condições de carga e descarga, dificuldades técnicas, bem como a confirmação de medidas.

1.8 METAS FÍSICAS:

Promover a continuidade do serviço de telefonia do TRF-2, com pleno suporte de manutenção, e a migração programada do parque de aparelhos para IP.

1.9 LOCAL DE ENTREGA/LOCAL DE EXECUÇÃO:

1.9.1 Os serviços serão executados nos prédios Rua Acre 80, Centro, Rio de Janeiro-RJ e Av. Rio Branco 241, Centro, Rio de Janeiro-RJ.

1.10 CONDIÇÕES ESPECIAIS DE RECEBIMENTO:

Não se aplica.

1.11 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

1.11.1 – Nos trabalhos desenvolvidos nas dependências deste Tribunal, assegurar a integridade física, isenta de riscos, das instalações e equipamentos já existentes ou executados na edificação, providenciando, onde necessário, a embalagem dos mesmos. Ao final dos serviços a contratada deverá entregar os locais onde se desenvolveram os serviços devidamente limpos e recuperados.

1.11.2- Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, total ou parcialmente, os serviços ou materiais que apresentarem vícios, defeitos ou incorreções. Refazer todo e qualquer serviço não aprovado pela Contratante, sem qualquer ônus para a Contratante.

1.11.3 - Permitir o livre exercício da fiscalização credenciada pelo Tribunal. O exercício da fiscalização pelo Tribunal Regional Federal não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da contratada.

1.11.4- Facilitar a inspeção dos materiais e serviços por parte da fiscalização, facultando a esta o acesso aos depósitos ou qualquer outra dependência que, direta ou indiretamente, se relacionem com o objeto do contrato.

1.11.5 - Arcar com todas as despesas decorrentes de eventual execução dos trabalhos, quer com insumos, quer com mão de obra, inclusive em horário extraordinário (diurno, noturno, domingos e feriados), inclusive com iluminação, instalações e equipamentos necessários à plena execução dos serviços contratados, bem como todos os testes e inspeções técnicas necessárias à aceitação e recebimento dos mesmos;

1.11.6 – Responsabilizar-se pelo transporte horizontal e vertical dos materiais, equipamentos, ferramentas e funcionários necessários à execução dos serviços.

1.11.7 - Fornecer toda mão-de-obra necessária à execução dos serviços, com experiência comprovada e devidamente capacitada;

1.11.8 - Responsabilizar-se por quaisquer perdas e danos, pessoais ou materiais, decorrentes da execução deste Contrato, de sua responsabilidade ou de seus prepostos, que sobrevenham em prejuízo da Contratante ou de terceiros, reparando, ou quando isto for impossível, indenizando, sem quaisquer ônus para o Tribunal.

1.11.9 - Oferecer na execução dos trabalhos a plena proteção contra riscos de acidentes (incluindo EPI's convencionais e demais materiais de segurança necessários), ao seu próprio pessoal e a terceiros, independente de transferência daqueles riscos às companhias ou institutos seguradores;

1.11.10 - Cumprir e fazer cumprir todas as normas relativas à segurança e medicina do trabalho (tendo como referência as normas regulamentadoras do Ministério do trabalho),



11



Assinado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - 07/10/2024 às 16:40:53.
Documento Nº: 4242650-7083 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4242650-7083>

SIGA



Assinado com senha por PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA JUNIOR - 29/10/2024 às 14:52:08.
Documento Nº: 4256198.37165629-4393 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4256198.37165629-4393>

SIGA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



e diligenciar para que seus empregados trabalhem com equipamentos de proteção individual (EPI), adequados a todo e qualquer tipo de serviço que estiver sendo desenvolvido;

1.11.11 – Zelar pela higiene e segurança do seu depósito, banheiro e vestiário, devendo evitar o acúmulo de materiais combustíveis e inflamáveis. A área destinada ao depósito e acúmulo de materiais a serem descartados deverá permanecer limpa e arrumada ao longo da execução dos serviços, assim como o banheiro e vestiário utilizados pela mesma;

1.12 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

1.12.1 – Fornecer todas as informações necessárias para a execução do serviço.

1.12.2 – Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao cumprimento das obrigações contratuais, inclusive permitir o livre acesso dos representantes da contratada, devidamente uniformizados e identificados, às dependências do contratante.

1.12.3 – Efetuar os pagamentos à contratada com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo.

1.13 CÓDIGO SIASG: 1988

1.14 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO:

Não se aplica.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

2.1. Em 2020, ocorreu a expiração do Contrato de Software Assurance, conforme documento TRF2-CAP-2023/27009. A Central está descoberta de assistência do fabricante em caso de problemas técnicos que não consigam ser solucionados pela SECTEL ou pela empresa contratada para manutenção.

2.2. A contratação de empresa especializada, plenamente habilitada e capacitada, para a atualização tecnológica da central telefônica Mitel MXONE pertencente ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região é de fundamental importância para garantir a continuidade dos serviços de comunicação interna e externa da instituição.

2.3. O objetivo da presente contratação é manter a Central Telefônica do TRF-2 em perfeitas condições de funcionamento e operação, através da atualização tecnológica.

2.4. Pretende-se ainda, com a prestação deste serviço, promover a confiabilidade do sistema telefônico do Tribunal, evitando ocorrências de interrupção da prestação dos serviços jurisdicionais e, sempre que estas não possam ser evitadas pela realização de Manutenção Preventiva, permitir sua rápida solução através de Manutenção Corretiva.

2.5. O objeto desta contratação compreende serviços técnicos especializados, elencados em 1.1.2.3, são de mesma natureza, indivisíveis, e que possuem forte interdependência e interferência entre si no desempenho geral do funcionamento da Central Telefônica do TRF-2.

2.6. É fundamental, do ponto de vista técnico, que todos os serviços sejam executados e supervisionados de forma integrada pela mesma empresa CONTRATADA, a fim de propiciar segurança e conformidade das instalações, otimização dos resultados, e garantir as perfeitas condições de funcionamento e operação da Central Telefônica do TRF-2. Assim, de forma a não afetar a integridade do objeto pretendido ou comprometer a perfeita execução do mesmo, o objeto será licitado em único item.

2.7. O presente Termo de Referência não prevê as condições de participação de empresas reunidas em consórcio, vez que a experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem serviços de grande



Assinado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - 07/10/2024 às 16:40:53.
Documento Nº: 4242650-7083 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4242650-7083>

12



TRF2TER202400423A

SIGA



Assinado com senha por PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA JUNIOR - 29/10/2024 às 14:52:08.
Documento Nº: 4256198.37165629-4393 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4256198.37165629-4393>



TRF2EDT202400209A

SIGA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



vulto e/ou de alta complexidade técnica.

2.8. A presente contratação foi precedida de estudos preliminares que constam no documento TRF2-ETP-2024/00041 em cumprimento a lei 14133/2021, artigo 18.

2.9. O Tribunal Regional Federal da 2ª Região possui um sistema robusto e complexo de telefonia com funcionamento ininterrupto baseado em uma infraestrutura contendo o SISTEMA descrito neste Termo de Referência. Tal sistema telemático atende as necessidades da grande demanda de ligações, disponibilizando comunicações telefônicas para o público interno, servidores da corte e público externo, usuários dos serviços da justiça, residentes no Brasil e no exterior. Para fazer frente à demanda ininterrupta faz-se necessária a atualização tecnológica da central telefônica Mitel MXONE, para possibilitar a continuidade da manutenção. A manutenção, em suas formas preventiva e corretiva, tem por objetivo evitar panes, interrupções de funcionamento, falhas ou até perda total das funcionalidades do sistema telefônico do TRF-2 como um todo.

2.10 Os estudos técnicos preliminares TRF2-ETP-2024/00041 evidenciaram que a contratação descrita no item 1 (OBJETO) mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária, sendo viável a contratação pretendida.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1 Solução Escolhida: Contratação de empresa especializada para atualização tecnológica e virtualização da central telefônica Mitel MXONE pertencente ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região

3.1.1 Justificativa da escolha

Considerando a premissa de que a central telefônica precisa ter manutenção e da consequente necessidade de atualizar softwares, hardwares e ter o suporte do fabricante, a solução escolhida é a contratação de empresa especializada para atualização tecnológica e virtualização da central telefônica Mitel MXONE pertencente ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

3.2 O detalhamento, as especificações e os quantitativos, encontram-se dispostos no item 1.1 deste Termo de Referência.

3.3 DO CICLO DE VIDA

3.3.1 A solução foi definida considerando seu ciclo de vida como um todo, a partir da análise geral realizada nos estudos preliminares, onde foram identificados os requisitos inerentes à forma de execução do serviço, validade dos materiais envolvidos, quantitativos necessários e as especificações técnicas com vistas à consecução do objeto proposto.

3.3.2 Foram observadas as seguintes etapas do ciclo de vida do serviço

3.3.2.1 Contratação:

Será efetuada por meio de pregão eletrônico, uma vez que a solução apontada é tecnicamente viável, e em virtude da existência de empresas no mercado que viabilizam o certame.

3.3.2.2 Preparação:

3.3.2.2.1 A contratada deverá designar formalmente o preposto, informando o nome e telefone de contato, no primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do contrato, com capacidade gerencial para tomada de decisões relativas ao contrato.

3.3.2.2.2 A contratada deverá apresentar a relação dos funcionários que irão executar os serviços no prédio, indicando nome e nº de carteira de identidade, para que seja autorizado seu acesso junto à Seção de Controle e Acesso.

3.3.2.2.3 Será definido junto ao setor responsável pelo contrato local para guarda de materiais, equipamentos e ferramentas, bem como local e horário para carga e descarga.

3.3.2.2.4 A contratada deverá apresentar listagem de ferramentas e equipamentos de sua propriedade, que será entregue à Seção de Controle e Acesso ao dar entrada no



Assinado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - 07/10/2024 às 16:40:53.
Documento Nº: 4242650-7083 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4242650-7083>



TRF2TER202400423A

SIGA



Assinado com senha por PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA JUNIOR - 29/10/2024 às 14:52:08.
Documento Nº: 4256198.37165629-4393 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4256198.37165629-4393>



TRF2EDT202400209A

SIGA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



Tribunal, para posterior conferência na saída. Não será permitida a utilização de ferramentas, equipamentos e materiais de limpeza do Tribunal, salvo quando houver autorização do Diretor competente.

3.3.2.2.5 Não há necessidade de instalações e montagens especiais visto que o prédio do TRF2 possui depósitos e vestiários disponíveis.

3.3.2.3 Execução do Serviço:

3.3.2.3.1 A contratada deverá executar os serviços de acordo com as especificações técnicas descritas no item 1.1 deste Termo, e deverá atender todas as normas e regulamentações pertinentes ao objeto da contratação, pormenorizadas nos tópicos "Habilitação Técnica" e "Obrigações da Contratada".

3.3.2.3.2 A contratada deverá garantir que a mão de obra empregada na execução dos serviços será de primeira qualidade, conduzindo a um ótimo resultado, acabamento e aparência, sendo as tolerâncias, ajustes e métodos de execução compatíveis com as melhores práticas modernas aplicáveis a cada caso.

3.3.2.3.3 Os serviços serão realizados preferencialmente no período diurno das 7:00 às 17:00 h. Nesse intervalo de tempo, a partir das 11:00 h, os serviços que produzam ruídos ou odores fortes, que prejudiquem o desenvolvimento das atividades cotidianas deste Tribunal não poderão ser executados, devendo ter a sua execução planejada para o intervalo de tempo compreendido entre 7:00 até às 11:00 h.

3.3.2.3.4 A contratada deverá garantir que todos os materiais, equipamentos, componentes e acessórios utilizados para a execução do serviço sejam novos, de alto grau de qualidade (inclusive os serviços), em conformidade com os padrões normativos nacionais e internacionais aplicáveis.

3.3.2.3.5 As áreas de trabalho deverão ser mantidas limpas, durante toda a execução dos serviços, além do depósito e vestiário disponibilizado para a empresa.

3.3.2.4 Fiscalização

O Contratante designará servidor ou comissão de servidores para fiscalizar a execução do serviço conforme descrito no item 6 deste Termo.

3.3.2.5 Conclusão e Aceitação do Serviço:

3.3.2.5.1 Ao término dos serviços deverá ser procedida a limpeza final dos ambientes com a remoção cuidadosa de todas as manchas com produtos e técnicas apropriadas, dispensando-se especial atenção à perfeita execução dessa limpeza nos revestimentos, vidros, pedras. Os custos referentes às operações de limpeza dos ambientes deverão estar contemplados nos valores apresentados para a execução dos respectivos serviços.

3.3.2.5.2 Concluído o serviço, a Contratada deverá providenciar a remoção de quaisquer entulhos e/ou detritos acumulados no local.

3.3.2.5.3 O eventual descarte de detritos e/ou entulhos deverá ser efetuado de acordo com os princípios de sustentabilidade e responsabilidade ambiental.

3.3.2.5.4 A aceitação dos serviços se dará após a conferência final do gestor ou comissão gestora do contrato, assegurando que todos os termos e condições do contrato foram cumpridos e que quaisquer responsabilidades ou obrigações remanescentes foram adequadamente executadas.

3.4 O objeto deste Termo não contempla a assunção de obrigações futuras, tais como assistência técnica e/ou manutenção.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1 REQUISITOS TÉCNICOS E DE QUALIDADE

4.1.1 O serviço deverá ser executado de acordo com as especificações técnicas descritas no item 1.1 deste Termo, e deverá atender todas as normas e regulamentações pertinentes ao objeto da contratação, pormenorizadas nos tópicos "Habilitação Técnica" e "Obrigações da Contratada".

4.1.2 A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e



TRF2TER202400423A



TRF2EDT202400209A



Assinado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - 07/10/2024 às 16:40:53.
Documento N°: 4242650-7083 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4242650-7083>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade do serviço prestado.
4.1.3 A empresa deverá prestar os serviços objeto do presente Termo dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas pelo Contratante, com a observância às recomendações aceitas pelas boas técnicas, normas e legislação, assim como, observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços.

4.1.4 A contratada deverá respeitar a legislação vigente e as normas técnicas, elaboradas pela ABNT e pelo INMETRO para aferição e garantia de aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, segurança e acessibilidade dos serviços elencados neste Termo de Referência.

4.1.5 A contratada deverá fornecer todos os equipamentos de segurança necessários para a adequada execução de serviços, conforme o art. 6º, inciso IV, da IN SLTI MPOG n. 01, de 19 de janeiro de 2010 e a Portaria MTb nº 2175, de 28 de julho de 2022, que regulamenta a NR 06 sobre equipamentos de proteção individual.

4.1.6 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2 REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE:

Buscando atender aos requisitos de sustentabilidade estabelecidos para as compras públicas sustentáveis a Contratada deverá:

4.2.1 Cumprir com todos os elementos discriminados no Termo de Referência, no que tange à composição, execução, instalação e ao armazenamento de suas respectivas embalagens, devem ser, no que couber, condizentes com as disposições estabelecidas no artigo 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 01, de 19 de janeiro de 2010.

4.2.2 Optar preferencialmente pela utilização de materiais sustentáveis (materiais reciclados, biodegradáveis ou atóxicos) na execução da solução contratada, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

4.2.3 Evitar a utilização de máquinas que aumentem a geração de resíduos industriais no modo de produção do bem ou serviço a ser contratado.

4.2.4 Adotar práticas que minimizem a geração de resíduos e consumo de energia, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

4.2.5 Observar a destinação adequada aos resíduos gerados durante suas atividades, respeitando a Logística Reversa de Resíduos Sólidos determinada na Lei Nº 12.305/2010.

4.2.6 A CONTRATADA será responsabilizada por qualquer prejuízo que venha causar ao TRF-2 em virtude de ter suas atividades suspensas, paralisadas ou proibidas por falta de cumprimento de normas ambientais ligadas ao produto objeto do presente Termo de Referência.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (RESULTADOS ESPERADOS):

5.1 A proposta está em consonância com o Plano Estratégico da Justiça Federal - PEJF 2021/2026, objetivos estratégicos: Aprimorar a estrutura organizacional da área administrativa e da área judicial, Elevar a qualidade dos serviços prestados, Fortalecer o clima organizacional e promover o bem-estar de todos.

5.2 Alinha-se, ainda, com a ODS 16 da Agenda 2030/ONU, que visa promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

5.3. Benefícios Diretos:

5.3.1. Melhoria de funcionalidades do sistema de telecomunicações Mitel instalado no TRF-2, com suporte a migração programada do parque de aparelhos telefônicos para IP.

5.4. Benefícios Indiretos:



Assinado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - 07/10/2024 às 16:40:53.
Documento Nº: 4242650-7083 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4242650-7083>

15



TRF2TER202400423A

SIGA



Assinado com senha por PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA JUNIOR - 29/10/2024 às 14:52:08.
Documento Nº: 4256198.37165629-4393 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4256198.37165629-4393>



TRF2EDT202400209A

SIGA

- 5.4.1. Assegurar a continuidade dos serviços prestados por esta Corte, em consonância com seus objetivos e metas estratégicas;
- 5.4.2. Melhor desempenho dos recursos humanos por proporcionar ganhos de produtividade em decorrência do fornecimento de material necessário ao desenvolvimento das atividades judiciais e administrativas do Órgão;
- 5.4.3. Entrega à sociedade de uma prestação jurisdicional célere e eficiente.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

O Contratante designará servidor ou comissão de servidores para fiscalizar a execução do contrato oriundo do certame licitatório. São atribuições da Fiscalização:

- 6.1- Acompanhar, fiscalizar e atestar a execução contratual, bem como indicar as ocorrências verificadas.
- 6.2 - Solicitar à Contratada e a seus prepostos ou obter da Administração todas as providências tempestivas necessárias ao bom andamento do contrato e anexar aos autos cópia dos documentos que comprovem essas solicitações;
- 6.3- Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- 6.4- Propor a aplicação de penalidades à Contratada e encaminhar os documentos necessários à instrução de procedimentos para possível aplicação de sanções administrativas.
- 6.5 - Acompanhar a apresentação dos documentos fiscais, bem como efetuar o atesto da fatura para fins de liquidação e pagamento.
- 6.6 - A fiscalização técnica dos contratos avaliará a entrega dos serviços para evitar que a contratada deixe de produzir os resultados esperados. Pretende-se prevenir: a inexecução; a execução sem a qualidade mínima e a não utilização ou a precarização do uso de materiais e recursos humanos.
- 6.7 - A ação da fiscalização não exonera a contratada de suas responsabilidades contratuais.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

7.1 - O pagamento será efetuado em medições mensais, conforme o desenvolvimento dos serviços descritos no cronograma físico financeiro, à vista do documento fiscal apresentado, obedecida a ordem cronológica, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou inferior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos) ou em até 10 (dez) dias úteis contados a partir da liquidação da despesa, para valor superior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos).

7.1.1 – A liquidação da despesa deverá ser realizada nos mesmos prazos, contados do recebimento do documento fiscal, de acordo com os valores acima descritos, após a certificação do cumprimento da obrigação.

7.1.2 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação e as instruções normativas vigentes;

7.1.3 - Os pagamentos a serem efetuados em favor da Contratada estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes termos:

7.1.3.1 - Do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, da contribuição para seguridade social - COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP;

7.1.3.2 - Da contribuição previdenciária ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS,



Assinado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - 07/10/2024 às 16:40:53.
Documento Nº: 4242650-7083 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4242650-7083>

16



TRF2TER202400423A

SIGA



Assinado com senha por PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA JUNIOR - 29/10/2024 às 14:52:08.
Documento Nº: 4256198.37165629-4393 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4256198.37165629-4393>



TRF2EDT202400209A

SIGA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



correspondente a 11% (onze por cento), observadas as hipóteses de desoneração;

7.1.3.3 - Do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN;

7.1.4 - Para fins do disposto no item 7.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

7.2 - O documento fiscal deverá ser entregue na Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, de segunda a sexta-feira, no horário das 12h às 17h, acompanhado dos documentos abaixo discriminados, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail notafiscal@trf2.jus.br:

7.2.1 - Planilha de Medição dos serviços executados

7.3 - A Contratada que se enquadrar nas hipóteses de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.

7.4 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas Instruções Normativas nº 1.540/2015, 1552/2015, 1636/2016, 1663/2016, 2018/22 e 2145/23.

7.5 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas.

7.5.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.

7.6 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item 7.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

7.7 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do artigo 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, na redação da Lei nº 7.000/2021, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS – Imposto sobre Serviço de qualquer natureza;

7.7.1 - Para fins de identificação da situação prevista no item 7.7, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

7.8 - Em caso de atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a CONTRATADA, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

8. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

Trata-se de aquisição ser contratada por meio de Pregão eletrônico, pelo critério de menor preço.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

O custo estimado será o indicado em planilha anexa ao Edital.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

A presente contratação encontra respaldo institucional conforme previsão na Programação Orçamentária constante no ID261 da PO 2024.



Assinado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - 07/10/2024 às 16:40:53.
Documento Nº: 4242650-7083 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4242650-7083>

SIGA



TRF2TER202400423A



TRF2EDT202400209A



Assinado com senha por PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA JUNIOR - 29/10/2024 às 14:52:08.
Documento Nº: 4256198.37165629-4393 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4256198.37165629-4393>

SIGA



11. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR):

11.1 A fiscalização do contrato acompanhará o desempenho da contratada com base nas obrigações e forma de execução, descritas neste Termo. O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no INDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR, o qual define objetivamente níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações de pagamento.

11.2 O não atendimento do IMR e a consequente redução do valor a ser faturado não inibe a aplicação das demais penalidades previstas no Edital e anexos.

11.3 Ocorrerá, ainda, a retenção ou glosa no pagamento devido à Contratada, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas. A aplicação do percentual de redução do valor a ser faturado por não atendimento do IMR obedecerá às tabelas 1 e 2, abaixo.

Tabela 01	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,5% sobre o valor do contrato
2	1,0% sobre o valor do contrato
3	1,5% sobre o valor do contrato
4	2,0% sobre o valor do contrato
5	3,0% sobre o valor do contrato

Tabela 02

Item	Descrição	Grau
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a execução do serviço;	4
3	Manter funcionário sem qualificação para execução dos serviços;	3
4	Deixar de acusar o recebimento de mensagens eletrônicas do gestor do contrato no prazo máximo de 24hs, a partir do envio da mesma;	4
5	Recusar-se a executar serviço constante no objeto contratual, determinado pela fiscalização;	2
6	Retirar funcionários durante a execução do serviço, sem a anuência prévia do contratante;	3
7	Subdimensionar a proporção adequada de pessoal, causando transtornos ao Tribunal devido à demora na execução de seus serviços;	3
8	Providenciar equipe de trabalho, sem estar devidamente uniformizada e com EPI's necessários.	4
9	Deixar de Informar por escrito a relação dos responsáveis pelo contrato e seus telefones de contato possibilitando a solução de ocorrências previstas e imprevistas.	2
10	Deixar de fornecer materiais, ferramentas e equipamentos em conformidade com as cláusulas contratuais, e em quantidade suficiente para a execução do serviço dentro do prazo	2



Assinado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - 07/10/2024 às 16:40:53.
Documento Nº: 4242650-7083 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4242650-7083>



TRF2TER202400423A



TRF2EDT202400209A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



	contratual.	
11	Negar a refazer serviço não aprovado pelo(a) Gestor(a) do contrato.	3
12	Deixar de realizar os serviços no prazo contratual, sem justificativa prévia	5

12. ANÁLISE DE RISCOS:

12.1 Vislumbram-se alguns riscos em curso na presente contratação. Não incluem-se, neste mapa de riscos, aqueles voltados à gestão do contrato e execução dos serviços, mas apenas os que tangiam o processo que permeia até a formalização da contratação.

Risco 01	Risco:	Atraso ou fracasso no processo licitatório	
	Probabilidade:	Média	
	Impacto:	Médio	
	Dano 1:	Risco de não contratar no exercício 2024	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Elaboração do planejamento da contratação consultando soluções similares em outros órgãos.	Setor responsável pelo serviço
	2	Definição dos critérios de seleção de fornecedores com respaldo na jurisprudência dos órgãos de controle.	Setor responsável pelo serviço
	3	Estrita observância às recomendações da área jurídica do órgão/entidade	Setor responsável pelo serviço
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Alocação integral do setor responsável pelo serviço na resposta e mitigação das causas que originaram a suspensão do processo licitatório.	Direção Secretaria
Risco 02	2	Mitigação e eliminação das causas que obstruem o processo licitatório.	Administração TRF

Risco 02	Risco:	Especificação Insuficiente para os serviços	
	Probabilidade:	Baixa	
	Impacto:	Alto	
	Dano 1:	Serviços executados de forma que não abrange todas as necessidades institucionais.	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
Risco 02	1	Revisão de cada cláusula de obrigações da contratada e forma de prestação do serviço	Setor responsável pelo serviço



Assinado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - 07/10/2024 às 16:40:53.
Documento N°: 4242650-7083 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4242650-7083>

SIGA



TRF2TER202400423A



Assinado com senha por PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA JUNIOR - 29/10/2024 às 14:52:08.
Documento N°: 4256198.37165629-4393 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4256198.37165629-4393>

SIGA



TRF2EDT202400209A

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



		comparando com contratações similares históricas.	
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Estudar o grau de insuficiência e refletir sobre a vantajosidade na rescisão contratual e abertura de novo processo licitatório.	Equipe de fiscalização

PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA	ALTA			RISCO 1
	MÉDIA			
	BAIXA			RISCO 2
		BAIXA	MÉDIA	ALTA
	GRAVIDADE / IMPACTO			

13. ANEXOS: Os anexos ao presente termo constarão no Edital.

Rio de Janeiro, 07 de outubro de 2024.

- assinado eletronicamente -

ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO
Assistente II
SECAO DE MANUTENÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES



Assinado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - 07/10/2024 às 16:40:53.
Documento Nº: 4242650-7083 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4242650-7083>

20

SIGA



TRF2TER202400423A



TRF2EDT202400209A



Assinado com senha por PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA JUNIOR - 29/10/2024 às 14:52:08.
Documento Nº: 4256198.37165629-4393 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4256198.37165629-4393>

SIGA



Confirmação de licença e subscrição SWA

Este relatório de confirmação contém licenças e serviços atualmente elegíveis para o sistema identificado abaixo. Em caso de dúvidas, consulte este documento e contacte o seu parceiro autorizado da Mitel.

MiVoice MX-ONE

EID/Número de série: 7AB90-6432E-886A5-E6F0D-7F506
Número IPA: SN-04156
Versão: 6.x
Sequência: 23
Cliente final: Trib Regional Fed da 2 região
País de instalação: Brasil

Estado do serviço

Nível de serviço: Standard
Período do serviço gratuito: 24/mar/2011 - 22/jun/2011
Data de fim do serviço: 7/jul/2019

1. Serviços expirados

Nível de serviço	Nome da peça	Registrado	Data de início	Data de fim
Standard	User Service	350	8/jul/2016	7/jul/2019
Standard	User Service	12	8/jul/2016	7/jul/2019
Standard	MX MP manag User Service	606	8/jul/2016	7/jul/2019
Standard	User Service	64	8/jul/2016	7/jul/2019
Standard	GW Service	1	8/jul/2016	7/jul/2019
Standard	User Service	352	8/jul/2016	7/jul/2019
Standard	GW Service	1	8/jul/2016	7/jul/2019
Standard	User Service	106	8/jul/2016	7/jul/2019
Standard	GW Service	1	8/jul/2016	7/jul/2019
Standard	System Service	1	23/jun/2011	7/jul/2020
Standard	GW Service	1	26/mar/2015	7/jul/2020
Standard	User Service	268	27/mar/2012	7/jul/2020
Standard	GW Service	1	27/mar/2012	7/jul/2020
Standard	User Service	1037	23/jun/2011	7/jul/2020
Standard	MX MP manag System Service	1	5/mar/2013	7/jul/2020
Standard	GW Service	2	23/jun/2011	7/jul/2020
Standard	MX MP manag User Service	1500	5/mar/2013	7/jul/2020

2. Serviços atualmente ativos

(nenhum)

3. Serviços futuros

(nenhum)

Funcionalidades registradas

Número de peça	Nome da peça	Quantidade
86L0006AAA-A	MX TS G.729 Codec	366
86L0004AAA-A	MX TS Ring Group	500000
86L00062AAA-A	MX-ONE Telephony System 6.0	1
86L00076AAA-A	MX TS RVA User	500000
86L00077AAA-A	MX TS paging loop 1 port	500000
86L00083AAA-A	MX TS CTI Group	500000
86L00084AAA-A	MX TS Hunt Group	500000
86L00085AAA-A	MX TS Public SIP Trunk	500000
86L00086AAA-A	MX TS Private SIP Trunk	500000
86L00087AAA-A	MX TS Private SIP Trunk Serv	500000
86L00088AAA-A	MX TS SIP Trunk Channel	90
86L00089AAA-A	MX TS WEB RTC Access	1
86L00090AAA-A	MX TS CSTA3 Call Control User	500000
86L00104AAA-A	MX - SIP Extension	366
86L00121AAA-A	MX TS IP extension 1 port	140
86L00123AAA-A	MX TS 1 User	2189

27/mar/2023



Autenticado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - Assistente II / SECTEL - 21/02/2024 às 12:51:37.
Documento N°: 4022354-4325 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4022354-4325>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 26/07/2024 às 17:41:26.
Documento N°: 4177847.36535850-1793 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4177847.36535850-1793>



Autenticado digitalmente por PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA JUNIOR - 29/10/2024 às 14:51:49.
Documento N°: 4256198.37165631-4370 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4256198.37165631-4370>



TRF2CAP202404774

SIGA



TRF2EDT202400137A

SIGA



TRF2EDT202400209A

SIGA



86L00128AAA-A	MX TS Analog extension 1 port	1216
86L00131AAA-A	MX TS Cordless 1 user	6
86L00133AAA-A	MX TS Digital extension 1 port	461
86L00138AAA-A	MX TS Operator extens 1 port	3
FAL1045309	MX TS Public ISDN Uside 1 port	150
FAL1045310	MX TS ISDN tie line 1 port	90
FAL1045505	MX TS Integrated RVA 1 port	500000
FAL1045849	MX TS Telephony Server	4
FAL1046508	MX TS Analog trunk line 1 port	12
FAL1046510	MX TS CAS trunk line 1 port	30
FAL1046511	MX TS MFC 1 device	6
FAL1046730	MX TS Music on hold 1 MOH port	500000
FAL1046731	MX TS DISA number 1 system	1
FAL1046732	MX TS External RVA 1 port	500000
FAL1046734	MX TS Routing-server-server	1
FAL1046735	MX TS Routing-server-client	1
FAL1046774	MX TS Trunk through con 1 port	500000
FAL1046787	MX TS Redundancy	1
FAL1046788	MX TS Red Call processing N+1	1
FAL1048158	MX MP system	1
FAL1048759	MX MP managed user	2106
FAL1049028	MX TS Gateway	7
FAL1049272	MX TS Recording on demand Key	500000

Mitel Performance Analytics Plus

1. Serviços expirados
(nenhum)

2. Serviços atualmente ativos
(nenhum)

Ficheiro da licença

Nome de ficheiro: SN-04156_7AB90-6432E-886A5-E6F0D-7F506_23.lic

Junto enviamos o ficheiro da licença. Pode transferir o ficheiro da licença aqui: <https://sis.mitel.com/sis/>

Acerca deste certificado

Este certificado foi gerado em: 27/mar/2023 16:36:41 CEST

Este relatório reflete a situação atual na data/hora da sua criação. As ações futuras no sistema podem afetar as licenças e/ou elegibilidade para o serviço.

27/mar/2023



Autenticado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - Assistente II / SECTEL - 21/02/2024 às 12:51:37.
Documento Nº: 4022354-4325 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4022354-4325>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 26/07/2024 às 17:41:26.
Documento Nº: 4177847.36535850-1793 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4177847.36535850-1793>



Autenticado digitalmente por PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA JUNIOR - 29/10/2024 às 14:51:49.
Documento Nº: 4256198.37165631-4370 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4256198.37165631-4370>



TRF2CAP202404774

SIGA



TRF2EDT202400137A

SIGA



TRF2EDT202400209A

SIGA



PLANILHA DE PREÇOS					
Atualização tecnológica e virtualização da central telefônica Mitel MXONE do TRF2					
Item	Descrição	UNID	QUANT	Preço Unitário	Preço Global
1	ATUALIZAÇÃO DA GARANTIA SWA DA MXONE COM GARANTIA DO FABRICANTE PARA 03 ANOS DE USO	unid	1		
2	FORNECIMENTO DE LICENÇAS PARA APARELHOS SIP DE TERCEIROS	unid	698		
3	FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE SIP TRUNK	unid	180		
4	REALIZAÇÃO DE BACKUP DAS CONFIGURAÇÕES EXISTENTES	unid	1		
5	IMPLANTAÇÃO DA NOVA VERSÃO 7.X DO MXONE	unid	1		
6	INSTALAÇÃO DOS MX-ONE EM MÁQUINAS VIRTUALIZADAS	unid	2		
7	INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DAS NOVAS LICENÇAS (180 TRONCOS SIP E 698 LICENÇAS DE 3º)	unid	1		
8	RECONFIGURAÇÃO E PROGRAMAÇÃO DE TODO O SISTEMA COM A NOVA CONFIGURAÇÃO	unid	1		
9	ATUALIZAÇÃO DA MGU, PLACAS DE CONTROLE, PLACAS DE RAMAIS, APARELHOS IPS E DIGITAIS	unid	1		
10	ATUALIZAÇÃO OU CORREÇÃO DE/EM VERSÕES DOS SOFTWARES DE URA, TARIFICAÇÃO, MANAGER PROVISIONING E MANAGER TELEPHONY SYSTEM	unid	1		
11	INSTALAÇÃO DE SERVIDOR DE PROVISIONAMENTO PARA RAMAIS IP EM PLACA ASU DO SISTEMA	unid	1		
12	FORNECIMENTO DE APARELHOS IP De 3os	unid	100		
13	TESTES COM APARELHOS IP De 3os	unid	1		
14	TREINAMENTO NA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO NO SISTEMA MITE MXONE 7.X	unid	1		
15	FORNECIMENTO DE MANUAIS DA NOVA VERSÃO DA CENTRAL E AS BUILT DOS SERVIÇOS REALIZADOS	unid	1		
VALOR TOTAL					



Autenticado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - Assistente II / SECTEL - 21/02/2024 às 13:04:02
Documento Nº: 4022383-4453 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4022383-4453>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 26/07/2024 às 17:43:01.
Documento Nº: 4177847.36535853-1796 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4177847.36535853-1796>



Assinado com senha por PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA JUNIOR - 29/10/2024 às 14:51:34.
Documento Nº: 4256198.37165632-4369 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4256198.37165632-4369>



TRF2CAP202404778

SIGA



TRF2EDT202400137A

SIGA



TRF2EDT202400209A

SIGA



CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO				
Atualização tecnológica e virtualização da central telefônica Mitel MXONE do TRF2				
Item	Descrição	30 DIAS	60 DIAS	90 DIAS
1	ATUALIZAÇÃO DA GARANTIA SWA DA MXONE COM GARANTIA DO FABRICANTE PARA 03 ANOS DE USO	63,12%		
2	FORNECIMENTO DE 698 LICENÇAS DE APARELHO SIP DE TERCEIROS	10,02%		
3	FORNECIMENTO DE 180 LICENÇAS DE SIP TRUNK	10,02%		
4	REALIZAÇÃO DE BACKUP DAS CONFIGURAÇÕES EXISTENTES	4,06%		
5	IMPLANTAÇÃO DA NOVA VERSÃO 7.X DO MXONE	0,82%		
6	INSTALAÇÃO DOS MX-ONE EM MÁQUINAS VIRTUALIZADAS	0,60%		
7	INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DAS NOVAS LICENÇAS (180 TRONCOS SIP E 698 LICENÇAS DE 3ªs)	0,60%		
8	RECONFIGURAÇÃO E PROGRAMAÇÃO DE TODO O SISTEMA COM A NOVA CONFIGURAÇÃO	0,60%		
9	ATUALIZAÇÃO DA MGU, PLACAS DE CONTROLE, PLACAS DE RAMAIS, APARELHOS IPS E DIGITAIS	0,63%		
10	ATUALIZAÇÃO OU CORREÇÃO DE/EM VERSÕES DOS SOFTWARES DE URA, TARIFICAÇÃO, MANAGER PROVISIONING E MANAGER TELEPHONY SYSTEM	0,20%		
11	INSTALAÇÃO DE SERVIDOR DE PROVISIONAMENTO PARA RAMAIS IP EM PLACA ASU DO SISTEMA	0,20%		
12	FORNECIMENTO DE APARELHOS IP De 3os		8,22%	
13	TESTES COM APARELHOS IP DE TERCEIROS		0,11%	
14	TREINAMENTO NA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO NO SISTEMA MITEL MXONE 7.X			0,40%
15	FORNECIMENTO DE MANUAIS DA NOVA VERSÃO DA CENTRAL E AS BUILT DOS SERVIÇOS REALIZADOS			0,40%
Porcentagem		90,87%	8,33%	0,80%
VALOR				



Autenticado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - Assistente II / SETCEL - 21/02/2024 às 13:09:08.
Documento Nº: 4022392-6366 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4022392-6366>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 26/07/2024 às 17:45:58.
Documento Nº: 4177847.36535867-1831 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4177847.36535867-1831>



Autenticado digitalmente por PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA JUNIOR - 29/10/2024 às 14:51:10.
Documento Nº: 4256198.37165633-4368 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4256198.37165633-4368>



TRF2CAP202404780

SIGA



TRF2EDT202400137A

SIGA



TRF2EDT202400209A

SIGA



	Projeto:	TRF 2º REGIÃO		
	Descritivo:	Plano de Face MXONE LIM 1		
	Resp.:	Sebastião Estéfanos Donadio	DATA	29/08/2018
	Rev0:	Sebastião Estéfanos Donadio	DATA	29/08/2018

LIM 1A	MAG 0										MAG 1									
	TS-00	TS-10	TS-20	TS-30	TS-40	TS-50	TS-60	TS-70	TS-80	TS-90	TS-00	TS-10	TS-20	TS-30	TS-40	TS-50	TS-60	TS-70	TS-80	TS-90
	PO000	PO005	PO009	PO013	PO017	PO021	PO025	PO029	PO033	PO037	PO041	PO045	PO049	PO053	PO057	PO061	PO065	PO069	PO073	PO077
	TMU/2 - ROF 1375335/2 R3D	ELL-33 ROF 1375062/1 R4A	ELL-33 ROF 1375062/1 R4A	ELL-33 ROF 1375062/1 R4A	ELL-33 ROF 1375062/1 R4A	ELL-34 ROF 1375064/1 R8D	ELL-34 ROF 1375064/1 R8D	ELL-34 ROF 1375064/1 R8D	MCU ROF 1376304/4	ASU ROF 1376307/4	ELL-33 ROF 1375062/1 R4A	ELL-33 ROF 1375062/1 R4A	ELL-33 ROF 1375062/1 R4A	ELL-33 ROF 1375062/1 R4A	ELL-33 ROF 1375062/1 R4A	ELL-34 ROF 1375064/1 R8D	ELL-34 ROF 1375064/1 R8D	ELL-34 ROF 1375064/1 R8D	DCDC ROF 1376308/1	

LIM 1B	MAG 0										MAG 1									
	TS-00	TS-10	TS-20	TS-30	TS-40	TS-50	TS-60	TS-70	TS-80	TS-90	TS-00	TS-10	TS-20	TS-30	TS-40	TS-50	TS-60	TS-70	TS-80	TS-90
	PO000	PO005	PO009	PO013	PO017	PO021	PO025	PO029	PO033	PO037	PO041	PO045	PO049	PO053	PO057	PO061	PO065	PO069	PO073	PO077
	TMU/2 - ROF 1375335/2 R3D	ELL-33 ROF 1375062/1 R4A	ELL-33 ROF 1375062/1 R4A	ELL-33 ROF 1375062/1 R4A	ELL-33 ROF 1375062/1 R4A	ELL-34 ROF 1375064/1 R8D	ELL-34 ROF 1375064/1 R8D	ELL-34 ROF 1375064/1 R8D	MCU ROF 1376304/4		ELL-33 ROF 1375062/1 R4A	ELL-33 ROF 1375062/1 R4A	ELL-33 ROF 1375062/1 R4A	ELL-33 ROF 1375062/1 R4A	ELL-33 ROF 1375062/1 R4A	ELL-34 ROF 1375064/1 R8D	ELL-34 ROF 1375064/1 R8D	ELL-34 ROF 1375064/1 R8D	DCDC ROF 1376308/1	



Autenticado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - Assistente II / SECTEL - 21/02/2024 às 13:10:13.
Documento Nº: 4022398-7837 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4022398-7837>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 26/07/2024 às 17:46:08.
Documento Nº: 4177847.36535881-1887 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4177847.36535881-1887>



Autenticado digitalmente por PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA JUNIOR - 29/10/2024 às 14:50:43.
Documento Nº: 4256198.37165634-4367 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4256198.37165634-4367>



SIGA



SIGA



SIGA



ANEXO I	Projeto:	TRF 2ª REGIÃO		
	Descritivo:	Plano de Face MXONE LIM 2		
	Resp.:	Sebastião Estêfanes Donadio	DATA	29/08/2018
	Rev0:	Sebastião Estêfanes Donadio	DATA	29/08/2018

LIM 2 A	MAG 0										MAG 1									
	TS-00	TS-10	TS-20	TS-30	TS-40	TS-50	TS-60	TS-70	TS-80	TS-90	TS-00	TS-10	TS-20	TS-30	TS-40	TS-50	TS-60	TS-70	TS-80	TS-90
	PC000	PC005	PC009	PC013	PC017	PC021	PC025	PC029	PC033	PC037	PC041	PC045	PC049	PC053	PC057	PC061	PC065	PC069	PC073	PC077
	TMU2 - ROF 1375352 R3D	ELU-34 ROF 1375064/I R8D	ELU-34 ROF 1375064/I R8D	ELU-34 ROF 1375064/I R8D	ELU-34 ROF 1375064/I R8D	ELU-34 ROF 1375064/I R8D	ELU-34 ROF 1375064/I R8D	ELU-34 ROF 1375064/I R8D	MGU ROF 1376304/I	ASU ROF 1376307/I	ELU-34 ROF 1375064/I R8D	ELU-34 ROF 1375064/I R8D	ELU-34 ROF 1375064/I R8D	ELU-34 ROF 1375064/I R8D	ELU-33 ROF 1375062/I R4A	TLU76 ROF 1375338/I R1B	ELU-34 ROF 1375064/I R8D	ELU-34 ROF 1375064/I R8D	DCDC ROF 1376303/I	

LIM 2 B	MAG 0										MAG 1									
	TS-00	TS-10	TS-20	TS-30	TS-40	TS-50	TS-60	TS-70	TS-80	TS-90	TS-00	TS-10	TS-20	TS-30	TS-40	TS-50	TS-60	TS-70	TS-80	TS-90
	PC000	PC005	PC009	PC013	PC017	PC021	PC025	PC029	PC033	PC037	PC041	PC045	PC049	PC053	PC057	PC061	PC065	PC069	PC073	PC077
	ELU-33 ROF 1375062/I R4A	ELU-34 ROF 1375064/I R8D	ELU-34 ROF 1375064/I R8D	TMU2 - ROF 1375352 R3D		ELU-34 ROF 1375064/I R8D	ELU-34 ROF 1375064/I R8D		MGU ROF 1376304/I	ASU ROF 1376307/I		ELU-34 ROF 1375064/I R8D	ELU-34 ROF 1375064/I R8D	ELU-34 ROF 1375064/I R8D	ELU-34 ROF 1375064/I R8D				DCDC ROF 1376303/I	



Autenticado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - Assistente II / SECTEL - 21/02/2024 às 13:10:13.
Documento Nº: 4022398-7837 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4022398-7837>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 26/07/2024 às 17:46:08.
Documento Nº: 4177847.36535881-1887 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4177847.36535881-1887>



Autenticado digitalmente por PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA JUNIOR - 29/10/2024 às 14:50:43.
Documento Nº: 4256198.37165634-4367 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4256198.37165634-4367>



SIGA



SIGA



SIGA



ANEXO I	Projeto:	TRF 2º REGIÃO		
	Descritivo:	Plano de Face MXONE LIM 3		
	Resp.:	Sebastião Estéfanos Donadio	DATA	29/08/2018
	Rev0:	Sebastião Estéfanos Donadio	DATA	29/08/2018

MAG 0										MAG 1									
LIM 3A	TS-00 PO800	TS-10 PO805	TS-20 PO809	TS-30 PO813	TS-40 PO817	TS-50 PO821	TS-60 PO825	TS-70 PO829	MGU PO833	TS-00 PO841	TS-10 PO849	TS-20 PO853	TS-30 PO857	TS-40 PO861	TS-50 PO865	TS-60 PO869	TS-70 PO873	DC/DC PO877	
	MFU	ELU-33 ROF 1375062/1 R4A	ELU-34 ROF 1375064/1 R8D	ELU-34 ROF 1375064/1 R8D					MGU ROF 1376304/4	ASU ROF 1376307/4									

TS-00 PO800	TS-10 PO805	TS-20 PO809	TS-30 PO813	TS-40 PO817	TS-50 PO821	TS-60 PO825	TS-70 PO829	MGU PO833	TS-00 PO841	TS-10 PO849	TS-20 PO853	TS-30 PO857	TS-40 PO861	TS-50 PO865	TS-60 PO869	TS-70 PO873	DC/DC PO877		
----------------	----------------	----------------	----------------	----------------	----------------	----------------	----------------	--------------	----------------	----------------	----------------	----------------	----------------	----------------	----------------	----------------	----------------	--	--



Autenticado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - Assistente II / SECTEL - 21/02/2024 às 13:10:13.
Documento Nº: 4022398-7837 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4022398-7837>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 26/07/2024 às 17:46:08.
Documento Nº: 4177847.36535881-1887 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4177847.36535881-1887>



Autenticado digitalmente por PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA JUNIOR - 29/10/2024 às 14:50:43.
Documento Nº: 4256198.37165634-4367 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4256198.37165634-4367>



SIGA



SIGA



SIGA



ANEXO I	Projeto:	TRF 2º REGIÃO		
	Descritivo:	Plano de Face MXONE LIM 4		
	Resp.:	Sebastião Estéfanos Donadio	DATA	04/09/2018
	Rev0:	Sebastião Estéfanos Donadio	DATA	04/09/2018

MAG 0																		MAG 1																	
TS-00 PO000	TS-10 PO005	TS-20 PO009	TS-30 PO013	TS-40 PO017	TS-50 PO021	TS-60 PO025	TS-70 PO029	MGU PO033		TS-00 PO041	TS-10 PO049	TS-20 PO053	TS-30 PO057	TS-40 PO061	TS-50 PO065	TS-60 PO069	TS-70 PO073	DC/DC PO077																	
ELU-33 ROF 1375062/1 R4A									MGU ROF 1376304/4									ASU ROF 1376307/4																	
ELU-33 ROF 1375062/1 R4A																																			
ELU-34 ROF 1375064/1 R8D																																			
ELU-34 ROF 1375064/1 R8D																																			
ELU-34 ROF 1375064/1 R8D																																			
TMU/2 - ROF 1375335/2 R3D																																			
TLU 83 ROF 1376306/1 R2A/A																																			
TS-00 PO000	TS-10 PO005	TS-20 PO009	TS-30 PO013	TS-40 PO017	TS-50 PO021	TS-60 PO025	TS-70 PO029	MGU PO033		TS-00 PO041	TS-10 PO049	TS-20 PO053	TS-30 PO057	TS-40 PO061	TS-50 PO065	TS-60 PO069	TS-70 PO073	DC/DC PO077																	
																		DCDC ROF 1376303/1																	



Autenticado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - Assistente II / SECTEL - 21/02/2024 às 13:10:13.
Documento Nº: 4022398-7837 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4022398-7837>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 26/07/2024 às 17:46:08.
Documento Nº: 4177847.36535881-1887 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4177847.36535881-1887>



Autenticado digitalmente por PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA JUNIOR - 29/10/2024 às 14:50:43.
Documento Nº: 4256198.37165634-4367 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4256198.37165634-4367>



SIGA



SIGA



SIGA

ANEXO II - PLANILHA DE PREÇOS

0001361-76.2024.4.02.8000

PREGÃO 90104/2024

ITEM	DESCRIÇÃO	Unid.	QUAN T.	PREÇOS	
				UNIT(R\$)	TOTAL(R\$)
1	Atualização tecnológica e virtualização da central telefônica Mitel MXONE	Unid.	1	R\$ 735.000,00	R\$ 735.000,00
VALOR TOTAL: R\$ 735.000,00 (setecentos e trinta e cinco mil reais)					

TRF2-EOF-2024/096 - 0001361-76.2024.4.02.8000
- ANEXO II – Planilha de Preços



Autenticado digitalmente por PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA JUNIOR - 29/10/2024 às 14:50:14.
Documento Nº: 4256198.37165635-4366 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4256198.37165635-4366>





Autenticado digitalmente por PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA JUNIOR - 29/10/2024 às 14:50:14.
Documento Nº: 4256198.37165635-4366 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4256198.37165635-4366>



TRF2EDT202400209A



ANEXO III
DECLARAÇÃO DE BENEFÍCIO MICROEMPRESAS
(Declaração a ser apresentada por microempresas, para efeitos da obtenção de
benefícios, nos termos do artigo 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 900___/___
Proc. nº TRF2-EOF-202___/___

Declaro, sob as penas da Lei, que a empresa (.....) não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

CNPJ:

—

EMPRESA

DATA

ASSINATURA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 26/07/2024 às 17:46:26.
Documento Nº: 4177847.36535894-1921 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4177847.36535894-1921>



TRF2EDT202400137A

SIGA



Autenticado digitalmente por PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA JUNIOR - 29/10/2024 às 14:49:45.
Documento Nº: 4256198.37165638-4363 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4256198.37165638-4363>



TRF2EDT202400209A

SIGA



ANEXO IV DECLARAÇÃO

(Inciso VI do artigo 2º da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, com a alteração implementada pela Resolução nº 229 de 22/06/2016 do CNJ)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 900__/_

Proc. nº TRF2-EOF-202_/000__

_____**DECLARA**, em face do disposto no inciso VI do artigo 2º da Resolução nº 7 de 18.10.2005, alterada pelas Resoluções 009/2005 e 229/2016 do Conselho Nacional de Justiça, que:

() não há em seu **quadro societário** cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

() Há em seu quadro societário parentesco com:

Nome:	Parentesco:	Órgão: CC*	MPJ*
_____	_____	_____	_____

*CC= ocupante de cargo em comissão

*MPJ=Membro do Poder Judiciário

Observação:

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP)

Rio de Janeiro,

(Assinatura)



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 26/07/2024 às 17:46:35.
Documento Nº: 4177847.36535899-1926 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4177847.36535899-1926>



TRF2EDT202400137A

SIGA



TRF2EDT202400209A



Autenticado digitalmente por PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA JUNIOR - 29/10/2024 às 14:49:28.
Documento Nº: 4256198.37165640-4340 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4256198.37165640-4340>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº TRF2-CON-2024/000__

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA E VIRTUALIZAÇÃO DA CENTRAL TELEFÔNICA MITEL MXONE, QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO E A EMPRESA _____.

Proc. Adm. Digital nº TRF2-EOF-2024/00096

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Exmo. Sr. Presidente, Desembargador Federal Guilherme Calmon Nogueira da Gama**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida na _____, CEP: _____, Tel.: _____, e-mail: _____, representada neste ato por seu/sua _____, Sr./Sr.ª _____, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo Digital nº TRF2-EOF-2024/00096, em consequência do Pregão Eletrônico nº 9 _____/2024, fundamentado na Lei nº 14.133/2021, homologado em ____/____/____, conforme despacho nº TRF2-DES-____/____, FIRMAM o presente Contrato visando à prestação de serviços de atualização tecnológica e virtualização da central telefônica Mitel MXONE pertencente ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região, sujeitas as partes às disposições da Lei nº 14.133/2021 e às seguintes cláusulas e condições:

Contrato nº TRF2-CON-2024/000__ – Empresa Contratada. (ams) M I N U T A Pág. 1



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE - Assistente II / DCONT - 24/07/2024 às 17:55:08.
Documento Nº: 4176001-7760 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4176001-7760>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 26/07/2024 às 17:46:45.
Documento Nº: 4177847.36535908-2607 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4177847.36535908-2607>



Assinado com senha por PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA JUNIOR - 29/10/2024 às 14:49:10.
Documento Nº: 4256198.37165641-4339 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4256198.37165641-4339>



TRF2CAP202421109

SIGA



TRF2EDT202400137A

SIGA



TRF2EDT202400209A

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 9/2024 – Fundamentado na Lei nº 14.133/2021

Proc. nº TRF2-EOF-2024/00096

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

Constitui objeto do presente Contrato a prestação de serviços de atualização tecnológica e virtualização da central telefônica Mitel MXONE pertencente ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região, conforme especificações contidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 9/2024 e seus Anexos I, II, III e IV e na forma estabelecida no presente Contrato.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DO REGIME DE EXECUÇÃO:

2.1 - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

2.1.1 - Descrito detalhadamente no item 1.1.2 do Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

2.2 - DA FORMA DE EXECUÇÃO:

2.2.1 - Descrita detalhadamente no item 1.1.3 do Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

2.3 - DO PRAZO DE EXECUÇÃO:

2.3.1 - O prazo de execução dos serviços é de _____ (_____) dias úteis, [no máximo 90 (noventa) dias úteis, conforme Proposta], contados a partir do primeiro dia subsequente à data da assinatura do Contrato pelo Contratante.

2.3.2 - A contratada deverá cumprir os prazos estabelecidos no cronograma físico-financeiro, constante no ANEXO A do Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico.

2.4 - DO LOCAL DE EXECUÇÃO:

2.4.1 - Os serviços serão executados nos prédios Rua Acre 80, Centro, Rio de Janeiro/RJ e Av. Rio Branco 241, Centro, Rio de Janeiro/RJ.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

3.1 - São obrigações da Contratada, além das constantes no ITEM 1.11 do Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico parte integrante deste Contrato, as previstas nesta Cláusula:

3.1.1 - A Contratada deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas a especificações, sob pena de rescisão contratual.

3.1.2 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados

Contrato nº TRF2-CON-2024/000__ - Empresa Contratada. (ams) M I N U T A

Pág. 2



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE - Assistente II / DCONT - 24/07/2024 às 17:55:08.
Documento Nº: 4176001-7760 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4176001-7760>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 26/07/2024 às 17:46:45.
Documento Nº: 4177847.36535908-2607 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4177847.36535908-2607>



Assinado com senha por PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA JUNIOR - 29/10/2024 às 14:49:10.
Documento Nº: 4256198.37165641-4339 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4256198.37165641-4339>



TRF2CAP202421109

SIGA



TRF2EDT202400137A

SIGA



TRF2EDT202400209A

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 9. /2024 – Fundamentado na Lei nº 14.133/2021

Proc. nº TRF2-EOF-2024/00096

ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme artigo 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016.

3.1.2.1 - A comprovação de que trata o item anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo IV do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, **a qual será entregue no ato da assinatura do Contrato.**

3.1.3 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória às disposições contidas na Resolução nº 351 do Conselho Nacional de Justiça, de 28/10/2020, que institui a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual, e de todas as formas de Discriminação, a fim de promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito do Poder Judiciário.

3.1.3.1 - Aplica-se a Resolução mencionada no item anterior a todas as condutas de assédio e discriminação no contexto das relações socioprofissionais e da organização do trabalho no Poder Judiciário, praticadas presencialmente ou por meios virtuais, inclusive aquelas contra estagiários, aprendizes, prestadores de serviços, voluntários e outros colaboradores.

3.1.4 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução nº 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria nº CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012.

4 - CLÁUSULA QUARTA: DO CONTRATANTE:

4.1 – São obrigações do Contratante as discriminadas no ITEM 1.12 do Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico parte integrante deste Contrato.

5 - CLÁUSULA QUINTA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

5.1 – Em conformidade com o artigo 140 da Lei n.º 14.133/2021, o objeto do presente Contrato será recebido da seguinte forma:

Contrato nº TRF2-CON-2024/000__ – Empresa Contratada. (ams) M I N U T A

Pág. 3



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE - Assistente II / DCONT - 24/07/2024 às 17:55:08.
Documento Nº: 4177847.36535908-2607 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4176001-7760>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 26/07/2024 às 17:46:45.
Documento Nº: 4177847.36535908-2607 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4177847.36535908-2607>



Assinado com senha por PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA JUNIOR - 29/10/2024 às 14:49:10.
Documento Nº: 4256198.37165641-4339 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4256198.37165641-4339>



TRF2CAP202421109

SIGA



TRF2EDT202400137A

SIGA



TRF2EDT202400209A

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 9. /2024 – Fundamentado na Lei nº 14.133/2021

Proc. nº TRF2-EOF-2024/00096

5.1.1 - Provisoriamente – Pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

5.1.2 - Definitivamente - Por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado, que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório, salvo motivo justificado.

5.2 - Os termos serão emitidos pelos servidores responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, designados na forma estabelecida no item 12.1, os quais confirmarão a aceitação definitiva dos serviços, depois de comprovada a adequação do objeto às especificações do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo e de seus anexos.

5.3 – O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo Contrato.

5.3.1 - Na hipótese de fornecimento de materiais, o recebimento provisório ou definitivo não excluirá, ainda, a obrigação da Contratada em reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da solicitação do Contratante, o objeto deste Contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

5.3.2 - Se, após o recebimento provisório, for constatado que os serviços foram prestados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação da Contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a situação.

5.4 - O aceite/aprovação do(s) produto(s) pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao Contratante as faculdades previstas nos artigos 18 e 20 da Lei n.º 8.078/90.

Contrato nº TRF2-CON-2024/000__ – Empresa Contratada. (ams) M I N U T A

Pág. 4



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE - Assistente II / DCONT - 24/07/2024 às 17:55:08.
Documento Nº: 4177847.36535908-2607 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4176001-7760>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 26/07/2024 às 17:46:45.
Documento Nº: 4177847.36535908-2607 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4177847.36535908-2607>



Assinado com senha por PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA JUNIOR - 29/10/2024 às 14:49:10.
Documento Nº: 4256198.37165641-4339 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4256198.37165641-4339>



TRF2CAP202421109

SIGA



TRF2EDT202400137A

SIGA



TRF2EDT202400209A

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 9. /2024 – Fundamentado na Lei nº 14.133/2021

Proc. nº TRF2-EOF-2024/00096

6 - CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE:

6.1 - DO PREÇO:

6.1.1:

PLANILHA DE PREÇOS					
Atualização tecnológica e virtualização da central telefônica Mitel MXONE do TRF2					
Item	Descrição	UNID	QUANT	Preço Unitário	Preço Global
1	ATUALIZAÇÃO DA GARANTIA SWA DA MXONE COM GARANTIA DO FABRICANTE PARA 03 ANOS DE USO	unid	1		
2	FORNECIMENTO DE LICENÇAS PARA APARELHOS SIP DE TERCEIROS	unid	698		
3	FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE SIP TRUNK	unid	180		
4	REALIZAÇÃO DE BACKUP DAS CONFIGURAÇÕES EXISTENTES	unid	1		
5	IMPLANTAÇÃO DA NOVA VERSÃO 7.X DO MXONE	unid	1		
6	INSTALAÇÃO DOS MX-ONE EM MÁQUINAS VIRTUALIZADAS	unid	2		
7	INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DAS NOVAS LICENÇAS (180 TRONCOS SIP E 698 LICENÇAS DE 3ºs)	unid	1		
8	RECONFIGURAÇÃO E PROGRAMAÇÃO DE TODO O SISTEMA COM A NOVA CONFIGURAÇÃO	unid	1		
9	ATUALIZAÇÃO DA MGU, PLACAS DE CONTROLE, PLACAS DE RAMAIS, APARELHOS IPS E DIGITAIS	unid	1		
10	ATUALIZAÇÃO OU CORREÇÃO DE/EM VERSÕES DOS SOFTWARES DE URA, TARIFICAÇÃO, MANAGER PROVISIONING E MANAGER TELEPHONY SYSTEM	unid	1		
11	INSTALAÇÃO DE SERVIDOR DE PROVISIONAMENTO PARA RAMAIS IP EM PLACA ASU DO SISTEMA	unid	1		
12	FORNECIMENTO DE APARELHOS IP De 3os	unid	100		
13	TESTES COM APARELHOS IP DE 3os	unid	1		
14	TREINAMENTO NA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO NO SISTEMA MITE MXONE 7.X	unid	1		
15	FORNECIMENTO DE MANUAIS DA NOVA VERSÃO DA CENTRAL E AS BUILT DOS SERVIÇOS REALIZADOS	unid	1		
VALOR TOTAL:					

Contrato nº TRF2-CON-2024/000__ – Empresa Contratada. (ams) M I N U T A

Pág. 5



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE - Assistente II / DCONT - 24/07/2024 às 17:55:08.
Documento Nº: 4176001-7760 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4176001-7760>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 26/07/2024 às 17:46:45.
Documento Nº: 4177847.36535908-2607 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4177847.36535908-2607>



Assinado com senha por PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA JUNIOR - 29/10/2024 às 14:49:10.
Documento Nº: 4256198.37165641-4339 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4256198.37165641-4339>



TRF2CAP202421109

SIGA



TRF2EDT202400137A

SIGA



TRF2EDT202400209A

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 9. /2024 – Fundamentado na Lei nº 14.133/2021

Proc. nº TRF2-EOF-2024/00096

6.1.2 - O valor MENSAL deste Contrato é de R\$ _____
(_____);

6.1.3 - O valor GLOBAL deste Contrato é de R\$ _____
(_____);

6.1.4 - Nos preços oferecidos pela Contratada já estão incluídos a incidência tributária e os demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todos os custos pertinentes à perfeita execução do objeto contratado;

6.2 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

6.2.1 - O pagamento será efetuado em medições mensais, conforme o desenvolvimento dos serviços descritos no **cronograma físico financeiro constante do Anexo A do Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico, mediante a apresentação de Planilha de medição (Anexo B do Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico).**

6.2.2 - O pagamento será efetuado após a entrega dos produtos, à vista do documento fiscal apresentado pela Contratada, obedecida a ordem cronológica, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou inferior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos), ou em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, para valor superior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos).

6.2.2.1 - A liquidação da despesa deverá ser realizada nos mesmos prazos, contados do recebimento do documento fiscal, de acordo com os valores acima descritos, após a certificação do cumprimento da obrigação;

6.2.2.2 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação e as instruções normativas vigentes.

6.2.2.3 - Os pagamentos a serem efetuados em favor da Contratada estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes termos:

- Do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, da contribuição para seguridade social - COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP;
- Da contribuição previdenciária ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, correspondente a 11% (onze por cento), observadas as hipóteses de desoneração;
- Do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN;

Contrato nº TRF2-CON-2024/000_ – Empresa Contratada. (ams) MINUTA

Pág. 6



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE - Assistente II / DCONT - 24/07/2024 às 17:55:08.
Documento Nº: 4177847.36535908-2607 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4177847.36535908-2607>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 26/07/2024 às 17:46:45.
Documento Nº: 4177847.36535908-2607 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4177847.36535908-2607>



Assinado com senha por PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA JUNIOR - 29/10/2024 às 14:49:10.
Documento Nº: 4256198.37165641-4339 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4256198.37165641-4339>



TRF2CAP202421109

SIGA



TRF2EDT202400137A

SIGA



TRF2EDT202400209A

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 9. /2024 – Fundamentado na Lei nº 14.133/2021

Proc. nº TRF2-EOF-2024/00096

6.2.2.4 - Para fins do disposto no item 6.2.2, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

6.2.3 - O documento fiscal deverá ser entregue na Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, de segunda a sexta-feira, no horário das 12h às 17h, acompanhado do documento abaixo discriminado, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail notafiscal@trf2.jus.br.

6.2.3.1 - Planilha de Medição dos serviços executados.

6.2.4 - Caso a Contratada se enquadre nas hipóteses de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.

6.2.5 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas Instruções Normativas nº 1.540/2015, 1.552/2015, 1.636/2016, 1.663/2016, 2.108/22 e 2.145/23.

6.2.6 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas.

6.2.6.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.

6.2.7 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 6.2.2, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.2.8 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do artigo 14 da Lei Municipal nº 691/1984, alterada pela Lei nº 3.691/2003, na redação da Lei nº 7.000/2021, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS – Imposto sobre Serviço de qualquer natureza;

6.2.8.1 - Para fins de identificação da situação prevista no subitem anterior, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

6.2.9 - Em caso de atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a Contratada, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

Contrato nº TRF2-CON-2024/000__ – Empresa Contratada. (ams) M I N U T A

Pág. 7



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE - Assistente II / DCONT - 24/07/2024 às 17:55:08.
Documento Nº: 4177847.36535908-2607 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4176001-7760>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 26/07/2024 às 17:46:45.
Documento Nº: 4177847.36535908-2607 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4177847.36535908-2607>



Assinado com senha por PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA JUNIOR - 29/10/2024 às 14:49:10.
Documento Nº: 4256198.37165641-4339 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4256198.37165641-4339>



TRF2CAP202421109

SIGA



TRF2EDT202400137A

SIGA



TRF2EDT202400209A

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 9/2024 – Fundamentado na Lei nº 14.133/2021

Proc. nº TRF2-EOF-2024/00096

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

7.1 - A despesa decorrente da contratação dos serviços, objeto deste Contrato, correrá à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme ITEM 11 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

7.1.1 - Nota de Empenho: _____.

8 - CLÁUSULA OITAVA: DAS SANÇÕES:

8.1 - A Contratada será responsabilizada administrativamente pelas infrações estabelecidas no ITEM 17 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

9 - CLÁUSULA NONA: INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS:

9.1 - O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS, previsto no ITEM 11 do Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, o qual define objetivamente os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações de pagamento.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DA MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS:

10.1 - A Matriz de Alocação de Riscos está prevista no ITEM 12 do Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

11.1 - Os serviços contratados obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariem as estipulações aqui firmadas:

- Edital do Pregão Eletrônico nº 9/2024, e seus Anexos I, II, III e IV;
- Proposta datada de __/__/__, apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos serviços a serem executados (TRF2-CAP-_____/____).
- CERTIFICADO DE VISTORIA, *se houver*, emitido pela Seção de Manutenção de Telecomunicações - SECTEL, comprovando que a Contratada tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto deste Contrato, conforme documento nº TRF2-CAP-2024/_____.

Contrato nº TRF2-CON-2024/000__ – Empresa Contratada. (ams) M I N U T A

Pág. 8



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE - Assistente II / DCONT - 24/07/2024 às 17:55:08.
Documento Nº: 4176001-7760 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4176001-7760>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 26/07/2024 às 17:46:45.
Documento Nº: 4177847.36535908-2607 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4177847.36535908-2607>



Assinado com senha por PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA JUNIOR - 29/10/2024 às 14:49:10.
Documento Nº: 4256198.37165641-4339 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4256198.37165641-4339>



TRF2CAP202421109

SIGA



TRF2EDT202400137A

SIGA



TRF2EDT202400209A

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 9. /2024 – Fundamentado na Lei nº 14.133/2021

Proc. nº TRF2-EOF-2024/00096

11.2 - Na hipótese de divergência entre os documentos indicados nas letras “a” e “b”, prevalecerá o disposto no documento indicado na letra “a”.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA FISCALIZAÇÃO:

12.1 - O Contratante designará servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, que exercerá, como representante da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização, e que, em caso de ausência, será substituído por seu suplente, também designado.

12.2 - Competem à Fiscalização as atribuições elencadas no ITEM 06 do Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS PRAZOS:

13.1 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

13.1.1 – O prazo de vigência do presente Contrato é de 250 (duzentos e cinquenta) dias, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua assinatura pelo Contratante, podendo ser prorrogado, a critério do Contratante, na forma autorizada pelo art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

13.2 - DO PRAZO DE GARANTIA:

13.2.1 - O prazo de garantia será de _____ (_____) *[no mínimo 01 (um) ano, conforme Proposta]* contados da data de emissão do último Termo de Recebimento Definitivo, previsto na Cláusula Quinta.

13.2.2 - Durante o período de garantia, a empresa prestará atendimento de assessoria e assistência técnica, em eventual necessidade de programação corretiva e também objetivando dirimir dúvidas sobre funcionamento, operação, configuração de placas e outros assuntos relacionados a atualização tecnológica do sistema Mitel MXOne.

13.2.3 - A Contratada deverá prestar suporte a empresa mantenedora da central, durante o período de garantia, em questões de manutenção preventiva e corretiva, transferindo conhecimento.

13.2.4 - Esse serviço de assistência técnica e assessoria implicará, sempre que necessário, a critério do Contratante, em deslocamento específico de técnico(s), em dias úteis, feriados e/ou finais de semana, ao local de instalação/funcionamento dos equipamentos, sem qualquer ônus para o Contratante.

13.2.5 - O prazo para atendimento de solicitações mencionadas nos subitens 13.2.2 e 13.2.3 desta Cláusula é de até 2 (duas) horas após abertura de chamado técnico.

Contrato nº TRF2-CON-2024/000__ – Empresa Contratada. (ams) M I N U T A

Pág. 9



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE - Assistente II / DCONT - 24/07/2024 às 17:55:08.
Documento Nº: 4177847.36535908-2607 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4176001-7760>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 26/07/2024 às 17:46:45.
Documento Nº: 4177847.36535908-2607 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4177847.36535908-2607>



Assinado com senha por PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA JUNIOR - 29/10/2024 às 14:49:10.
Documento Nº: 4256198.37165641-4339 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4256198.37165641-4339>



TRF2CAP202421109

SIGA



TRF2EDT202400137A

SIGA



TRF2EDT202400209A

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 9. /2024 – Fundamentado na Lei nº 14.133/2021

Proc. nº TRF2-EOF-2024/00096

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DOS CASOS OMISSOS:

Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA GARANTIA CONTRATUAL:

15.1 – Para assegurar o fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, a Contratada presta garantia contratual, de acordo com as modalidades elencadas no artigo 96, § 1º da Lei nº 14.133/2021, no valor de **R\$** _____ (_____), equivalente a 5% (*cinco por cento*) do valor anual deste Contrato.

15.1.1 - A garantia mencionada no item anterior deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (*dez*) dias úteis, contado do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato pelo Contratante, exceto o seguro-garantia, que será observado o disposto no §3º, do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

15.1.2 - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

15.1.2.1 - Prejuízos e indenizações decorrentes de inadimplemento;

15.1.2.2 - Multas aplicadas pela fiscalização à Contratada;

15.1.2.3 - Prejuízos diretos causados ao Contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução contratual;

15.1.2.4 - Obrigações trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível.

15.1.3 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, previsto no subitem 15.1.1 desta Cláusula, ou para a atualização de seu valor decorrente de aditivo contratual, acarretará a aplicação de multa de 0,07% (*sete centésimos por cento*) do valor do Contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (*dois por cento*).

15.1.4 - O atraso superior a 25 (*vinte e cinco*) dias autoriza o Contratante a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à Contratada, até o limite de 5% (*cinco por cento*) do valor anual do Contrato, a título de garantia.

15.1.4.1 - O bloqueio efetuado com base no item 15.1.4 desta Cláusula não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à Contratada;

15.1.4.2 - A Contratada, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no item 15.1.4 desta Cláusula por quaisquer das modalidades de garantia;

15.1.4.3 - O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à Contratada.

15.1.5 - O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

15.1.6 - A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída após a fiel execução do Contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva do Contratante, sendo atualizada monetariamente quando em dinheiro.

15.1.7 - Será considerada extinta a garantia:

Contrato nº TRF2-CON-2024/000_ – Empresa Contratada. (ams) M I N U T A

Pág. 10



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE - Assistente II / DCONT - 24/07/2024 às 17:55:08.
Documento Nº: 4177847.36535908-2607 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4177847.36535908-2607>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 26/07/2024 às 17:46:45.
Documento Nº: 4177847.36535908-2607 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4177847.36535908-2607>



Assinado com senha por PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA JUNIOR - 29/10/2024 às 14:49:10.
Documento Nº: 4256198.37165641-4339 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4256198.37165641-4339>



TRF2CAP202421109

SIGA



TRF2EDT202400137A

SIGA



TRF2EDT202400209A

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 9.../2024 – Fundamentado na Lei nº 14.133/2021

Proc. nº TRF2-EOF-2024/00096

15.1.7.1 - Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante, mediante Termo Circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do Contrato;

15.1.7.2 - Com a extinção do Contrato.

15.1.8 - O Contratante não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

15.1.8.1 - Caso fortuito ou força maior;

15.1.8.2 - Descumprimento das obrigações pela Contratada decorrentes de atos ou fatos praticados pelo Contratante;

15.1.8.3 - Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

15.1.8.4 - Atos ilícitos dolosos praticados por servidores do Contratante.

15.1.9 - Caberá ao Contratante apurar a isenção da responsabilidade prevista nos subitens 15.1.8.3 e 15.1.8.4 desta Cláusula, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pelo Contratante.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA EXTINÇÃO:

16.1 - A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por extinto, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar extinto o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista no Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo e na Lei nº 14.133/2021.

16.2 - O Contrato, sem prejuízo das cominações legais nele previstas, poderá ser extinto por ato unilateral da Administração, nos casos enumerados no art. 137, incisos I a VI, VIII e IX, da Lei nº 14.133/2021.

16.3 - A extinção mencionada no item anterior será formalmente motivada e assegurados o contraditório e a ampla defesa.

17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

17.1 - O Contrato poderá ser aditado conforme as disposições dos artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133/21.

17.2 - No que se refere à alteração unilateral, a Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste Contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com o estabelecido no art. 125 da Lei 14.133/21.

17.2.1 - As alterações unilaterais, mencionadas no item anterior, não poderão transfigurar o objeto do Contrato.

17.3 - Quando houver alteração social em sua estrutura e outros dados (endereço eletrônico e telefone), a Contratada deverá encaminhar à Divisão de Contratos, situada na Rua

Contrato nº TRF2-CON-2024/000... – Empresa Contratada. (ams) MINUTA Pág. 11



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE - Assistente II / DCONT - 24/07/2024 às 17:55:08.
Documento Nº: 4177847.36535908-2607 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4176001-7760>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 26/07/2024 às 17:46:45.
Documento Nº: 4177847.36535908-2607 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4177847.36535908-2607>



Assinado com senha por PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA JUNIOR - 29/10/2024 às 14:49:10.
Documento Nº: 4256198.37165641-4339 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4256198.37165641-4339>



TRF2CAP202421109

SIGA



TRF2EDT202400137A

SIGA



TRF2EDT202400209A

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 9. /2024 – Fundamentado na Lei nº 14.133/2021

Proc. nº TRF2-EOF-2024/00096

Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20091-007, endereço eletrônico: dcont@trf2.jus.br, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

17.4 - Pela assinatura do presente termo, a Contratada autoriza o Contratante a deduzir o valor das multas aplicadas dos valores devidos pelos serviços prestados.

18 - CLÁUSULA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO:

Em conformidade com o disposto no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, o presente instrumento de Contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), por conta do Contratante.

19 - CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO:

Para dirimir questões oriundas do presente Contrato ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Contrato.

DESEMBARGADOR FEDERAL GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
Presidente

RESPONSÁVEL
EMPRESA CONTRATADA
(cargo)

Contrato nº TRF2-CON-2024/000__ – Empresa Contratada. (ams) M I N U T A

Pág. 12



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE - Assistente II / DCONT - 24/07/2024 às 17:55:08.
Documento Nº: 4177847.36535908-2607 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4176001-7760>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 26/07/2024 às 17:46:45.
Documento Nº: 4177847.36535908-2607 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4177847.36535908-2607>



Assinado com senha por PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA JUNIOR - 29/10/2024 às 14:49:10.
Documento Nº: 4256198.37165641-4339 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4256198.37165641-4339>



TRF2CAP202421109

SIGA



TRF2EDT202400137A

SIGA



TRF2EDT202400209A

SIGA